



**Boletim do**  
**Comitê de Enlace**  
**pela Reconstrução**  
**da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional  
Versão em Português | N° 39 - março de 2025

R\$ 5

**Documentos da V**  
**Conferência do CERQUI**

**Resposta à crise na Síria**

**Manifesto contra o genocídio do**  
**povo palestino**

**Resposta proletária à paz do**  
**imperialismo norte-americano.**  
**Por uma paz sem anexação**

**Memória Eterna ao**  
**camarada Miguel Lora!**

# Índice

1. Apresentação
2. Resolução sobre a Situação Internacional
3. Resolução sobre a América Latina
4. Informe da seção boliviana
5. Informe da seção argentina
6. Informe da seção brasileira
7. Informe da seção chilena
8. Declaração – A queda do regime de Assad na Síria agrava a guerra no Oriente Médio
9. Declaração – O novo governo sírio começa a ser reconhecido pelo imperialismo que lhe impõe suas condições
10. Declaração – Brutal repressão do “governo de transição”
11. Declaração - Processo de desintegração da Síria se agrava
12. Manifesto - Estado sionista de Israel volta ao terror de Estado e à carnificina
13. Resposta proletária à “paz” do imperialismo norte-americano. Por uma paz sem anexação!
14. Comunicado do Comitê Central do POR da Bolívia



## APRESENTAÇÃO

A V Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) se realizou em 22 de fevereiro de 2025, na Bolívia. Três delegados – Bolívia, Argentina e Brasil - compuseram a mesa. Aprovou-se a moção de que a Conferência se realizaria sob a presidência honorária do camarada Miguel Lora.

Publicamos a Resolução Internacional, a Resolução sobre a América Latina e os informes das seções. Foi aprovado também um Informe de Atividade da Direção, aqui não publicado por se tratar de um documento interno.

Os delegados com direito a voto e os sem direito a voto discutiram a linha geral dos documentos regidos pelo método da crítica, autocrítica e elaboração coletiva. Houve posição de maioria e minoria nos pontos de divergência em torno à Resolução Internacional. O fundamental é que houve concordância com a linha geral da Resolução Internacional. A Resolução sobre a América Latina foi aprovada sem divergências.

Este Boletim poderia ser publicado imediatamente, mas a direção resolveu que deveria ser acompanhada com uma resolução sobre a bandeira de “paz sem anexação”, que vem sendo desenvolvida pelo CERQUI desde o oitavo mês da guerra na Ucrânia. A formulação se encontra no ponto 46 da Resolução Internacional.

É bom situar o momento de sua redação e discussão preparatórias da V Conferência. Na reunião preparatória, de 15 e 16 de novembro de 2024, a direção aprovou a Resolução Internacional, bem como a linha geral da Resolução sobre América Latina, do Informe de Atividade da Direção e dos informes das seções que seriam posteriormente concluídos. Pouco antes, no dia 6 de novembro, o resultado das eleições nos Estados Unidos dava vitória a Trump. A sua posse ocorreu em 2 de janeiro de 2025. Imediatamente, se constatou que mudaria significativamente a orientação do imperialismo norte-americano, tanto para questões internas quanto externas.

Não foi surpreendente a ferocidade como o novo presidente evidenciou seu apoio ao governo

de Netanyahu, como parte da estratégia de ampliar e reforçar a dominação norte-americana no Oriente Médio. A administração do governo Biden concordou em montar um plano de cessar-fogo como uma manobra para Trump recrudescer as condições de esmagamento do Hamas e derrota dos aliados. Pôde, sob a máscara de ferro do pacificador imperialista, lançar seu plano de expulsão dos palestinos da Faixa de Gaza e enterrar de vez a farsa de Biden de que os democratas procuravam uma paz que possibilitasse aos palestinos terem seu Estado.

***Os conflitos que se gestaram sob a “paz” de Trump para a Ucrânia e as divisões no seio da burguesia imperialista são sintomas do avançado estágio de esgotamento da paz de Yalta e Potsdam. Ou seja, do esgotamento da partilha do mundo resultante da Segunda Guerra.***

O CERQUI já havia demonstrado e respondido com a estratégia revolucionária de defesa da nação oprimida e da tática da frente única anti-imperialista que a potência norte-americana e seus aliados europeus jogavam com a ilusão da criação do Estado palestino, como jogaram nos acordos de Oslo. Trump não fez senão rasgar o véu da hipocrisia e do cinismo das forças que praticam o massacre e o genocídio na Faixa de Gaza.

Causou surpresa o fato de o republicano reconhecer que a Rússia foi incitada a invadir a Ucrânia, afirmar que se fosse sob seu governo a guerra não teria ocorrido e, sobre essa

base, lançar um chamado para se chegar a um acordo de paz. Trump admitiu a possibilidade de a Rússia anexar parte do território ocupado e obter garantias de que a Ucrânia não seria incorporada à OTAN.

Essa mudança de posição dos Estados Unidos desfez a aliança montada por Biden com a União Europeia e a Inglaterra. Em pouco tempo, a crise mundial atingiu um novo patamar, marcado pela escalada bélica no Oriente Médio e na Europa.

A posição de Trump de cessar a guerra na Ucrânia de forma que os Estados Unidos tirem vantagens econômicas, combinada com a ofensiva militarista na Faixa de Gaza, expôs as profundas contradições do capitalismo em decomposição. Aumentou-se o temor, nas próprias fileiras da burguesia, de que a intensificação da guerra comercial, a esperada confrontação com a China e o rearme da Europa acelerem a debacle da ordem mundial edificada

no pós-Segunda Guerra Mundial sob a égide dos Estados Unidos.

Os conflitos que se gestaram sob a “paz” de Trump para a Ucrânia e as divisões no seio da burguesia imperialista são sintomas do avançado estágio de esgotamento da paz de Yalta e Potsdam. Ou seja, do esgotamento da partilha do mundo resultante da Segunda Guerra. A guerra comercial avançou a tal ponto nas três últimas décadas que no momento passam a predominar as tendências bélicas. É o que demonstra a Resolução Internacional aqui publicada.

É necessário reconhecer e compreender o alcance que teve o cerco econômico e militar à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que levou à sua liquidação pelas forças restauracionistas - encarnadas pela burocracia estalinista -, nas condições de profunda e ampla crise de direção revolucionária. O CERQUI sistematicamente vem evidenciando a catástrofe histórica que representa a destruição da URSS pela contrarrevolução, cujos reflexos se observa na guerra que se trava por três anos na Ucrânia e que trouxe o espectro de uma terceira guerra mundial. Mais ainda, que se reflete na guerra que o Estado sionista de Israel e os Estados Unidos desencadearam na Faixa de Gaza, que continua ameaçando o Oriente Médio como um todo.

Embora a Resolução Internacional da V Conferência tenha sido redigida antes da emersão dos novos choques desencadeados sob a política imperialista de Trump, mostra sua atualidade. Em particular, a bandeira da paz sem anexação, que somente o proletariado pode encarnar como estratégia de combate às guerras de dominação, se

impõe e se ergue como guia da luta de classe contra o imperialismo e pela revolução social.

Atrasamos a publicação deste Boletim à espera do início das negociações entre Trump e Putin, bem como da movimentação da fração imperialista europeia. Ainda que o processo da paz de Trump esteja dando os primeiros passos, a Resolução sobre a paz sem anexação corresponde à aplicação da linha geral concebida e aprovada pela V Conferência do CERQUI.

Seu alcance prático tem sido limitado, devido à brutal crise de direção e ao estágio embrionário do CERQUI. A vanguarda com consciência de classe, portanto, marxista-leninista-trotskista, está obrigada a assimilar as duras experiências do passado e incorporar em sua luta diária sob a estratégia da revolução proletária as conquistas teóricas e programáticas do socialismo científico.

Impõe-se a construção dos partidos revolucionários em todo o mundo em meio aos impulsos bélicos do imperialismo e aos perigos das guerras se generalizarem. A regressão organizativa da classe operária é circunstancial. A luta de classes se manifesta cada vez mais aguda e em choque com os governos e Estados burgueses.

No momento, tem importância decisiva o combate à ofensiva fascizante de Trump e aliados que se fortalecem na Europa e que se aproveitam dos fracassos do nacional-reformismo na América Latina para recuperar o terreno perdido nas duas últimas décadas. A linha mestra desse combate é dada pelo programa da revolução social e pelas diretrizes do internacionalismo proletário.

24 de março de 2005  
Direção do CERQUI



## Resolução sobre a Situação Internacional

1. O que caracteriza a situação é o predomínio das tendências bélicas. Esse fator expressa o esgotamento da ordem internacional edificada no pós Segunda Guerra Mundial. As forças produtivas se acham encarceradas nas relações capitalistas de produção monopolistas e pelas fronteiras nacionais.
2. As rupturas nas relações econômicas, comerciais e militares indicam que os Estados Unidos já não podem sustentar sua hegemonia imperialista sem que seja pela sobreposição de seu poderio militar ao econômico.
3. A capacidade dos Estados Unidos de dirigirem e constituírem a aliança vitoriosa contra a Alemanha, Itália e Japão deu-lhes o poder de decidir sobre a partilha do mundo e a reconstrução econômica do pós guerra. Essa posição possibilitou que alcançassem um poder militar dos mais poderosos jamais visto na história do capitalismo.
4. O fato da URSS ter se subordinado à aliança imperialista vencedora favoreceu enormemente o domínio hegemônico dos Estados Unidos. A reconstrução econômica, a criação da OTAN e o estabelecimento de novas instituições sob o controle norte-americano se voltaram ao isolamento da URSS e de seus satélites no Leste Europeu, que emergiram do enfrentamento à Alemanha.
5. A “Guerra Fria” foi lançada imediatamente após os acordos de Yalta e o esmagamento do Japão, que pagou com o experimento da bomba atômica lançada sobre Hiroshima e Nagasaki. Naquele momento, o ataque nuclear mostrou a hegemonia norte-americana no campo da indústria militar.
6. Com a Alemanha derrotada, as distintas frações da burguesia imperialista europeia se submeteram completamente aos ditames dos Estados Unidos. A OTAN se estruturou como braço armado do imperialismo norte-americano baseado no novo poder econômico que se estabeleceu com a guerra. A Ásia caiu de joelhos com a queda do imperialismo japonês.
7. A revolução na China, em 1949, também se processou em meio à guerra mundial, contrapondo-se à marcha da ascensão norte-americana. Passou para as mãos dos Estados Unidos a estratégia imperialista de subjugação e espoliação da China. A revolução proletária impossibilitou que a hegemonia norte-americana na Ásia Oriental fosse total.
8. No Oriente Médio, a Inglaterra e a França cederam lugar aos Estados Unidos, depois de terem na Primeira Guerra Mundial desmoronado o Império Otomano e estabelecido os Estados, seguindo a nova partilha do mundo. É nessas condições que a coligação imperialista vencedora da Segunda Guerra criou o Estado sionista de Israel, que servirá de enclave para os Estados Unidos exercerem seu domínio.
9. O último acontecimento de grande proporção resultante da conflagração mundial foi a guerra da Coreia, em 1953. A China revolucionária enfrentou a intervenção norte-americana, obrigando-a a recuar em seu propósito de dominação na Ásia Oriental. O imperialismo esteve perto de se valer da bomba atômica. O resultado final foi a divisão da Coreia em dois Estados. A expropriação dos grandes proprietários colocou a Coreia do Norte como fator de crise permanente na região.
10. O Japão se reestruturou no pós guerra e se ergueu como potência econômica amplamente vinculada aos Estados Unidos. Cresceu a influência do imperialismo norte-americano e japonês no Sudeste e Oriente asiáticos. Entre 1960 e 1990, a região serviu de válvula de escape à retomada da crise mundial na década de 1970. A recessão que derrubou a economia mundial entre 1980 e 1983 levou o capital imperialista, encabeçado pelos Estados Unidos, a se voltar ao potencial asiático. As multinacionais recorreram à superexploração da força de trabalho e o capital financeiro se lançou à corrida especulativa dirigida aos endividamentos nacionais.
11. O ciclo virtuoso do crescimento industrial-exportador no Sudeste e Oriente asiáticos chegava ao fim do processo do gigantesco endividamento nacional e sobrevinha a bancarrota financeira de 1997. A região mergulhava na crise mundial do capitalismo. As quebras industriais nos países que emergiram escorados no capital multinacional e financeiro reproduziram o fenômeno de destruição de forças produtivas resultante da crise estrutural do capitalismo. Os monopólios se protegeram com a intervenção econômica dos Estados Unidos e das instituições financeiras que servem ao imperialismo. A classe operária, os camponeses e demais explorados arcaram com as brutais consequências sociais.
12. A crise mundial de 1980 atingiu amplamente a América Latina. O continente se encontrava endividado, estagnado e atravancado pelo atraso econômico. Os golpes e as ditaduras militares nas décadas de 1960 e 1970 responderam ao avanço das lutas operárias e camponesas. Expressaram o fracasso do nacionalismo burguês e a capitulação das burguesias nacionais. Os Estados Unidos não só organizaram as conspirações contrarrevolucionárias como estabeleceram uma orientação econômica geral. O Tesouro norte-americano, o FMI e o Banco Mundial montaram o que se denominou “Consenso de Washington”, em 1989, cuja vigência percorreu quase uma década e meia. O conjunto de medidas implicou maior subordinação da economia latino-americana ao capital financeiro e aos monopólios internacionais. Resultou em maior sacrifício da maioria oprimida.
13. A década de 1980 se caracterizou pela retomada da crise mundial nas condições do pós Segunda Guerra. Já na década de 1970, manifestaram-

se os sinais de esgotamento da nova ordem mundial. Os Estados Unidos se viram obrigados a encerrar a longa guerra no Vietnã, iniciada em 1955, admitindo a derrota em 1975. Tratava-se de reorientar as forças do imperialismo contra a URSS, que havia apoiado o movimento anti-imperialista no Vietnã do Norte e que se achava em conflito com a China. A crise econômica capitalista atingiu tanto a URSS quanto a China. Os Estados Unidos e a Europa, recomposta do cataclismo da Segunda Guerra, bem como o Japão, estavam em melhor posição para impulsionar as tendências restauracionistas abrigadas na URSS e na China.

14. O esgotamento do desenvolvimento das forças produtivas na URSS e na China nos marcos nacionais e o cerco das potências nas condições de retomada da crise do pós guerra potenciaram as forças restauracionistas. Os Estados Unidos e aliados europeus puderam incentivar as divisões nos partidos comunistas estalinizados e alimentar o descontentamento da população contra as burocracias que a passos largos se decompunham. A revolta na Polônia, abril de 1989, se tornou o epicentro do desmoronamento do Leste Europeu e fator decisivo da derrocada da Alemanha Oriental. A burocracia soviética dava passos largos nas relações com o imperialismo e dinamizava o processo de restauração. As massas, que iniciaram o processo da revolução política, o levante contra a burocracia estalinista, não puderam levar à vitória da revolução. A burocracia tinha comprovado que a resposta repressiva já não podia conter os movimentos. Somada a isso, a ausência de uma direção revolucionária que orientasse a revolta permitiu que as forças restauracionistas reacionárias se colocassem à sua frente. As massas, sem a direção revolucionária, serviram à contrarrevolução anticomunista. Não tiveram como separar o estalinismo restauracionista do regime social orientado para o comunismo, bem como o nacional socialismo do internacionalismo proletário.
15. O desmoronamento do Leste Europeu e a incapacidade da ditadura burocrática do Kremlin de administrar os acontecimentos e evitar que o imperialismo canalizasse as forças pró-restauracionistas para a ex-Comunidade Econômica Europeia (CEE) minaram completamente a unidade da burocracia que sustentava a URSS. Fez parte desse processo restauracionista a guerra civil na Iugoslávia e intervenção militar do imperialismo sob a máscara da ONU. Ainda sob as diretrizes da "Guerra Fria", o Partido Comunista e o governo da URSS caminharam em direção à sujeição perante os Estados Unidos e a burguesia europeia. Amadureceram-se as condições para o desmoronamento da URSS, o que permitiu dar um salto qualitativo na restauração capitalista: romperam-se os laços que uniam as 17 repúblicas soviéticas, impondo-se a fratura definitiva de seus vínculos. A Rússia recorreu à constituição de uma federação, que se mostrou impotente diante das forças centrífugas que despedaçaram a URSS e empurraram a ex-repúblicas para o campo do imperialismo.
16. A recuperação do Leste Europeu e dos Balcãs pela burguesia internacional e europeia eliminou importantes bases de sustentação da URSS burocratizada. O movimento das oligarquias para se constituírem em várias repúblicas burguesas as recolocou na condição de serviçais do imperialismo ou de escoras para a Rússia restauracionista. A ofensiva triunfante do imperialismo no Leste Europeu e na região balcânica favoreceu as forças restauracionistas para a criação de novas fronteiras nacionais onde a Revolução Russa havia libertado as nações oprimidas pelo Império e iniciado a estruturação de uma avançada unidade econômica sob a economia nacionalizada e planificada. As fronteiras nacionais são travas às forças produtivas e motivos para as guerras.
17. A derrubada da URSS, em dezembro de 1991, resultou na maior conquista da "Guerra Fria". O imperialismo não necessitou demoli-la por meio de uma guerra. O estalinismo se originou como um embrião da restauração, que levou décadas para se desenvolver e concluir com uma contrarrevolução dirigida por uma fração do próprio Partido Comunista. A burguesia pôde passar da Comunidade Econômica Europeia para a União Europeia, em 1993. Relativizou suas fronteiras nacionais em função das dificuldades em manter suas forças produtivas e diminuir as possibilidades dos choques que levaram à Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Fez parte dessas mudanças, o fortalecimento da OTAN, que é o braço armado dos Estados Unidos na Europa e no mundo.
18. Concomitantemente, a burocracia do Partido Comunista Chinês adotou medidas estruturais, impulsionando o processo de restauração capitalista. Esmagou a manifestação de uma camada da classe média que pretendia seguir o caminho do movimento do Leste Europeu. Sufocada a mobilização de junho de 1989, na Praça Celestial, a direção do Partido Comunista se mostrou capaz de superar suas divisões e administrar centralizadamente o processo de restauração. O potencial de sua força de trabalho e dos meios econômicos alcançados a partir da Revolução de 1949 seria utilizado para restabelecer em um patamar mais elevado a economia de mercado. O imperialismo e a burguesia servil de Hong Kong, Taiwan e Singapura aspiravam a queda do regime chinês para potencializar seus negócios baseados na restauração capitalista. O impulso à economia de mercado abriu várias vias para a penetração capitalista na portentosa China.
19. A China restauracionista emergiu como potência econômica nos marcos do capitalismo em decomposição e historicamente esgotado. Nesse



- contexto de restauração capitalista, a burocracia maoísta-estalinista empurrou a classe operária chinesa para a superexploração, transformando-a em mão-de obra barata a serviço do capital financeiro imperialista. Agigantou-se como potência industrial e comercial ganhando terreno na Ásia Oriental e ocupando o lugar do Japão e Coreia. A bancarrota das economias do Sudeste e do Oriente asiáticos teve em compensação a emergência da China a partir da década de 1980.
20. A Europa estagnada se viu diante do agigantamento econômico da China. O seu mergulho no mercado mundial como grande exportadora e importadora, tendo como motor a economia de mercado interno, em um primeiro momento esteve de acordo com as necessidades dos Estados Unidos. Foi e tem sido uma peça importante para o capital monopolista e financeiro se protegerem, premidos pelas sucessivas crises que se abriram na década de 1970.
  21. A restauração capitalista na China, no Leste Europeu e na ex-URSS serviram de válvula de escape à superprodução, ao enorme acúmulo de capital parasitário e às tendências de queda na taxa de lucro. A subordinação ao mercado mundial dos países que romperam as cadeias de dominação imperialista passou a ser um imperativo nos marcos de esgotamento da partilha do mundo do pós Segunda Guerra e agravamento do choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção. Sem a revolução socialista, a restauração foi impondo-se sob as pressões do capital imperialista.
  22. A crise econômica de 2008 teve os Estados Unidos como seu epicentro. Essa particularidade em relação às crises anteriores está em que sua abrangência e profundidade expressaram o acúmulo das quebras econômicas e financeiras anteriores. Foi necessária uma ampla e coordenada intervenção das potências para sair do precipício da recessão mundial de 2009. O baixo crescimento e as tendências à estagnação da União Europeia colocaram o velho continente ainda mais dependente da economia norte-americana. A bandeira do governo Trump de “América Primeiro” lançou abertamente a guerra comercial contra a China e maior exigência de comprometimento dos europeus com as diretrizes norte-americanas. O processo de rompimento do Reino Unido com a União Europeia, iniciado em 2017 e concluído em 2020, assinalou os limites da União Europeia em rebaixar as fronteiras nacionais.
  23. O ataque dos Estados Unidos à União Europeia se ampliou com a política de Trump. Desde 2017, o governo Trump empurrou os países a seguir um caminho de ruptura, exigindo uma maior contribuição ao gasto militar e à OTAN. A ofensiva do governo Biden, em 2021, continuou com a guerra comercial, o agravamento das tendências bélicas e as sanções à Rússia. Em particular, as sanções à Rússia que, contrariamente ao esperado, golpearam principalmente a economia alemã. Como parte dessa orientação, se sabotou o oleoduto North Stream. Os Estados Unidos se apoiaram nos interesses das burguesias e oligarquias nacionais para torpedear a hegemonia alemã e francesa. As correntes nacionalistas, insufladas, desmascararam os limites da União Europeia, que foi construída sobre a base das relações capitalistas de produção. Nessas condições, sobreveio a resposta programática internacionalista de que a União Europeia somente é possível nos marcos da revolução proletária e da constituição dos Estados Unidos Socialistas da Europa.
  24. A guerra comercial expôs as contradições entre a China restauracionista e a hegemonia norte-americana em declínio, bem como a estagnação europeia. A potenciação desse conflito levou o governo Biden a impulsionar o militarismo no Sudeste e Oriente asiáticos. A China, por sua vez, se viu constrangida a se preparar para uma possível guerra com os Estados Unidos. O conflito em torno a Taiwan tomou a forma da guerra comercial lançada por Trump e assumiu a forma da escalada militar pelo governo Biden. A questão de Taiwan é um ponto nevrálgico no conflito geral dos Estados Unidos em sua política imperialista de barrar a projeção da China, principalmente nos continentes latino-americano e africano. No caso da Ásia, a guerra comercial se processa abertamente.
  25. O prolongamento da guerra na Ucrânia, que logo mais completará três anos, expõe o quanto avançou a escalada militar. A OTAN que parecia injustificada com o fim da URSS e da “Guerra Fria” retomou suas iniciativas em um patamar mais elevado. Levou os países europeus a aumentarem os seus orçamentos de guerra. Fortaleceu a capacidade de suas bases militares. Ampliou o número de países europeus associados. Consolidou sua função de intervenção mundial. Os Estados Unidos puderam movimentar sua poderosa indústria bélica. Conseguiram obter a unidade de sua aliança contra a Rússia em torno às sanções econômicas, que prejudicaram sensivelmente a União Europeia e agravaram as condições sociais dos explorados. A Rússia, por seu lado, teve de concentrar esforços no armamentismo. E a Ucrânia se tornou refém do imperialismo norte-americano e europeu. Está pagando com a ruína do país e com o desastre humano.
  26. A aliança montada pelos Estados Unidos em nome da defesa da Ucrânia e contra o expansionismo russo gestou uma guerra que poderia e pode se desdobrar em uma guerra europeia. Não se chegou a esse extremo porque seria o prólogo para uma terceira guerra mundial. A manutenção da Ucrânia dilacerada e derrotada responde à decisão do imperialismo de, em última instância, enfraquecer a Rússia e alimentar as contradições que estiveram e estão na base da restauração capitalista e liquidação da URSS. Não bastaram

a destruição das conquistas fundamentais da revolução proletária. Esse feito histórico deveria e deve se desdobrar em submissão ao capital internacional do conjunto das ex-repúblicas soviéticas, entre elas, da própria Rússia. A guerra na Ucrânia emergiu como consequência da restauração capitalista e da derrocada da URSS. A vitória completa dos Estados Unidos e aliados pressupõe eliminar o poder econômico e militar que a Rússia herdou da revolução e da fortaleza da URSS. As potencialidades da Eurásia devem passar para o controle dos monopólios e capital financeiro dirigidos pelos Estados Unidos e aliados.

27. A guerra na Ucrânia e suas consequências desastrosas para a maioria dos países e economia mundial levaram a uma aproximação da Rússia com a China. Desde o início da conflagração militar, tornou-se patente a escalada militar como resultado da guerra comercial e da desintegração da ordem mundial do pós Segunda Guerra. Em torno à China, formou-se um alinhamento para contrabalançar o poderio econômico norte-americano em declínio. De forma que a aliança imperialista não conseguiu isolar completamente a Rússia. O que limitou o objetivo dos Estados Unidos de quebrar economicamente a Rússia e colocar a OTAN em posição de dar passos mais decisivos em direção a uma guerra europeia. O impasse da guerra na Ucrânia continua ocupando o centro da crise mundial.
28. A guerra desencadeada pelo Estado de Israel contra os palestinos de Gaza, longe de ser um acontecimento regionalizado e isolado, integra o processo geral da decomposição do capitalismo. A burguesia judia sionista utilizou a operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023 para impulsionar a anexação de toda a Palestina e aumentar suas fronteiras com o Líbano. O Oriente Médio vem sendo estremecido pelos ataques das Forças de Defesa de Israel não só ao Líbano, mas também à Síria e ao Irã. Os ataques mútuos entre Israel e Irã evidenciam a presença dos conflitos e da escalada militares. Vários são os antecedentes, mas principalmente a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque de 1990 e 2003; contra o Afeganistão em 2001 e a intervenção na guerra civil na Síria em 2011. Em particular, a guerra na Síria desencadeou um conflito dos Estados Unidos com a Rússia e a China em torno à derrubada ou preservação do governo de Bashar al-Assad. A Síria foi devastada e até hoje não se recuperou. É nesse marco que se fez um acordo para esmagar o movimento nacionalista Estado Islâmico, originado nas entranhas da guerra norte-americana contra o Iraque. Esses acontecimentos têm suas raízes na Primeira Guerra Mundial, fim do Império Otomano e partilha ditada pelo imperialismo.
29. O governo chinês, durante o processo de restauração, até o presente momento, tem indicado que suas ações internacionais e alianças econômicas não objetivam se contrapor ao “Ocidente”, ou seja, às potências concorrentes e, em particular, aos Estados Unidos. No entanto, as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza vêm exigindo posicionamentos que conflitam com os objetivos e exigências dos Estados Unidos. A China não aprovou a invasão militar da Ucrânia pelas forças russas, no entanto se viu obrigada a se opor às sanções e ao prolongamento da guerra, apresentando um plano de paz a ser discutido entre a Rússia e a Ucrânia, rechaçado pelos Estados Unidos. O seu alinhamento contra as sanções se mostrou favorável à sua economia e à de vários outros países, como é o caso da Índia. Nessa mesma linha, a China condena a guerra genocida contra os palestinos e sustenta relações com o Irã, em busca de acordos comerciais e de uma diplomacia que arrefeça os velhos conflitos no Oriente Médio. A maior parte das nações está tanto pelo fim da guerra na Europa e no Oriente Médio. Esse alinhamento não necessariamente é contra os Estados Unidos e potências europeias. O problema está em que serve de obstáculo à guerra comercial dos Estados Unidos contra a China e a escalada militar na Ásia Oriental.
30. O fortalecimento do BRICS é obra da projeção econômica da China e do declínio relativo da hegemonia dos Estados Unidos. Destaca-se nas condições de decomposição da ordem mundial erguida pós a Segunda Guerra. A bandeira de multipolaridade se volta contra a ditadura imperialista exercida pelos Estados Unidos, e defesa das economias que arcam com as imposições comerciais, industriais e financeiras das potências. No fundo, reflete os antagonismos que afloraram com a emergência da China em disputa pelo mercado. Em sua base, se encontram a guerra comercial e as tendências bélicas. À diferença do movimento nacionalista dos “Países Não Alinhados” - constituído em 1956, sob a liderança da Iugoslávia e do Egito, com o objetivo de não se integrar nem no bloco soviético nem no norte-americano, nos marcos da “Guerra Fria”, que recrudescia com a Guerra da Coreia - o BRICS expressa a crise do capitalismo nas condições em que triunfou a restauração capitalista e a China se ergueu como potência econômica. A tese da multipolaridade e convivência pacífica encarnada pela China está fadada ao fracasso. As guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza-Líbano são sintomas do esgotamento da ordem mundial ditada pela aliança vencedora da Segunda Guerra, sob a liderança dos Estados Unidos.
31. A ONU que resplandeceu no final da Segunda Guerra, servindo de instrumento dos Estados Unidos para impor os acordos assentados na nova partilha do mundo e para, inclusive, determinar a criação do Estado Sionista de Israel, com o apoio do regime de Stalin, se revela incapacitada para acabar com a chacina na Faixa de Gaza e a ofensiva contra o Líbano. O descaso de Israel se escora na posição dos Estados Unidos e aliados em garantir apoio financeiro e militar



- ao governo de unidade nacional israelense. Os países do BRICS que a princípio estão pelo fim da guerra indicam a incapacidade em se contraporem à aliança norte-americana. Seus protestos diplomáticos servem para mascarar a responsabilidade do imperialismo norte-americano pelo genocídio dos palestinos. A falência da ONU em obstaculizar o avanço das tendências bélicas retrata as profundas rachaduras no sistema mundial erigido depois da hecatombe da Segunda Guerra.
32. O acúmulo de crises iniciadas desde a década de 1970 e ampliadas internacionalmente a partir da debacle na economia norte-americana em 2008 e, particularmente, intensificadas em 2020 com a catástrofe sanitária do Covid, impõe ao capitalismo o curso de destruição massiva de forças produtivas. Um novo surto de quebras econômico-financeiras foi assinalado com a queda no valor das ações na Bolsa de Tóquio. Baixo crescimento econômico, elevada inflação e juros altos que afetam as grandes economias tornam mais difícil a sustentação do movimento parasitário do capital financeiro.
  33. O endividamento dos Estados nacionais é um dos maiores desde a reconstrução do pós-guerra. As potências se ressentem das limitações de seus Tesouros nacionais devido aos crescentes déficits orçamentários. Os Estados Unidos ostentam uma dívida e um déficit gigantescos, e que tendem a crescer com medidas artificiais de políticas econômico-financeiras. E podem agir assim devido à prevalência da ditadura do dólar e do controle norte-americano das instituições internacionais reguladoras. O próprio Japão não tem conseguido se livrar da estagnação que persiste há anos. A Alemanha segue pelo mesmo caminho. A União Europeia e o Reino Unido ficaram muito abaixo dos Estados Unidos, tanto em relação ao Produto Interno Bruto, quanto à produtividade. O distanciamento tende a crescer diante da ascensão da China e da necessidade de os Estados Unidos recrudescerem o parasitismo financeiro. Nessas condições, ampliam-se os gastos militares e impulsionam-se a indústria bélica.
  34. A guerra comercial e a crise de superprodução vêm diminuindo a taxa de crescimento da China. As últimas medidas de Pequim para fazer frente à queda econômica, recorrendo a um maior endividamento, assinala as dificuldades crescentes que tem pela frente. São esperados drásticos reflexos na economia mundial. Eis por que despontam sinais de descontentamento na União Europeia com as ações ultraprotecionistas dos Estados Unidos, que poderão derrubar não apenas o crescimento da China, mas também de outros países que estabeleceram importantes ligações com a economia chinesa, como a Alemanha, a França e o próprio Japão.
  35. A perspectiva de manutenção de baixo crescimento, de retração em alguns países cujo peso econômico é sensível, como a Alemanha e Japão, de esgotamento da capacidade de endividamento e dificuldades em sustentar os déficits primários e os juros altos, de conjunto esses fatores aumentam a necessidade do imperialismo em descarregar a crise sobre as débeis economias semicoloniais e forçar a China e a Rússia a contribuírem com a abertura de seus mercados e de suas fontes de matérias-primas.
  36. As novas tecnologias e seus componentes como os chips devem permanecer como monopólio dos Estados Unidos, que continuam dominando nesse terreno, cuja importância para a indústria militar é estratégica à manutenção da hegemonia norte-americana. Nesse complexo terreno, as potências têm se debatido em torno à transição energética e utilização de novos componentes minerais. Por sua vez, a reação da China agrava a guerra comercial.
  37. O grande problema não se encontra somente no fato da China ter potenciado seu vasto mercado interno e concorrido no mercado mundial com manufaturas mais baratas, mas principalmente por ascender ao topo da alta tecnologia e deter poderes sobre as cadeias de abastecimento. O conflito surgido do processo de restauração capitalista vem se revelando como parte dos impasses da economia mundial do pós-guerra e da incompatibilidade entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção da época imperialista. A conversão da guerra comercial em guerra bélica é intrínseca a esse processo e expressa as leis históricas de esgotamento do capitalismo e de vigência de sua transição para o socialismo.
  38. As crises econômicas contínuas, o intervencionismo militar do imperialismo, as inúmeras guerras regionais, e agora as guerras na Ucrânia e o genocídio na Palestina, bem como a escalada militar na Ásia Oriental, voltada a conter o avanço econômico da China, trazem em suas entranhas a luta de classes, as agudas divisões interburguesas e as crises políticas. A alta concentração de riqueza sob o controle de uma diminuta oligarquia capitalista e a vastidão da pobreza e miséria das massas são a maior desde o fim da Segunda Guerra. A marcante presença do pré-capitalismo coexistindo com o capitalismo altamente desenvolvido no continente africano, na maioria dos países latino-americanos e asiáticos resulta da dominação imperialista, do saque de suas riquezas nacionais e do bloqueio às suas forças produtivas industriais. O alcance da alta tecnologia e da vasta capacidade produtiva, monopolizada e centralizada por um punhado de potências, resulta em maior escravização das massas trabalhadoras e aumento do fosso que separa as semicolônias e o restrito número de nações dominantes que disputam a esgotada partilha do mundo.
  39. As contrarreformas trabalhistas e previdenciárias vêm ocorrendo no plano mundial. São os explorados das semicolônias que arcam com seu maior peso, uma vez que servem aos interesses do

grande capital e ao parasitismo financeiro. Mas, de forma geral, têm atingido indistintamente a classe operária no mundo todo. É sintomático que a França abrigou grandes manifestações e duras repressões da parte do governo de Macron. A regressão nas relações de trabalho na Europa é sentida pelas massas. A burguesia europeia está obrigada a descarregar a estagnação econômica sobre os explorados. As consequências da guerra na Ucrânia têm sido duras para a maioria dos países europeus, enquanto os Estados Unidos se protegem com a ativação de sua indústria militar, progressos tecnológicos e com os meios da guerra comercial. As contrarreformas potenciam as contradições do capitalismo e preparam o caminho para ampliação da luta de classes, tanto nas metrópoles quanto nas semicolônias.

40. Em meio às contradições econômicas e às guerras em curso, sobressaltam as crises políticas. Agravam-se questões como desemprego, precarização das relações de trabalho, fechamento de fábricas, demissões massivas e sucateamento das condições elementares de existência, como moradia, saúde e educação. Destacam-se dentre essas questões, os conflitos interburgueses em torno à imigração, ressurgindo as bandeiras chauvinistas e racistas que pareciam ter ficado para trás com a derrota da Alemanha nazista e Itália fascista. De conjunto, apontam para os governos que não têm outra resposta senão as contrarreformas e os cortes orçamentários voltados contra as condições sociais de existência da maioria explorada. Estreitaram-se os espaços econômicos para a política da socialdemocracia e do nacional-reformismo. A classe média vê pela frente um futuro de maior ruína, que já se manifesta no presente. As tendências políticas de ultradireita se fortalecem sob a sombra da impotência da socialdemocracia nos países imperialistas e do nacional-reformismo nos países semicolônias. A classe operária e demais trabalhadores estão diante da putrefação da democracia burguesa e da potenciação da fração burguesa fascizante. As eleições na França e nos Estados Unidos, sobretudo, retratam os impasses da democracia burguesa nos países imperialistas. De certa forma, guardadas as diferenças, é o que ocorre também nos países semicolônias, em particular nos da América Latina.
41. As greves e manifestações tendem a se generalizar e a agudizar. Os governos recorrem imediatamente a brutais repressões, uma vez que as massas ameaçam pôr abaixo as contrarreformas, avançam contra a superexploração e se voltam à defesa dos postos de trabalho. Os sindicatos, fortemente burocratizados e estatizados, agem em favor das medidas governamentais antioperárias e antipopulares. As pressões de suas bases acabam rompendo a camisa de força da política de colaboração de classes de suas direções. A burguesia e seus governos contam com a capacidade de canalização das revoltas para os métodos institucionais-parlamentares e de limitação dos métodos da ação direta. As experiências com as traições fazem parte da luta por libertar os sindicatos das direções traidoras e por conquistar a independência político-organizativa. A socialdemocracia e o estalinismo fazem parte das direções burocráticas há décadas. Hoje, estão debilitados. Suas posições fracassaram. A quebra do estalinismo se potenciou com o desmoronamento da URSS, deixando um vazio de direção política. Ainda que historicamente esgotado, o estalinismo procura se reorganizar como sustentáculo das políticas burguesas. A defesa sistemática do programa de ação da classe operária é o ponto de partida para o desenvolvimento da luta de classes em favor do trabalho contra o capital. Por essa via, as massas combaterão as tendências fascizantes e se libertarão do jugo democrático-burguês.
42. A estagnação e o baixo crescimento na América Latina têm agravado as condições de existência da maioria oprimida. Pesa, decisivamente, o bloqueio à industrialização da maioria dos países. Os ramos-chaves da produção estão sob o controle das multinacionais. Suas fontes de matérias-primas subsistem sob intensa disputa entre as potências pelo seu controle. O nacionalismo burguês fracassou em garantir a soberania nacional. A Venezuela sofre tremendo cerco dos Estados Unidos, por ser o último reduto do nacional-reformismo. As disputas eleitorais venezuelanas são motivos de intervenção da aliança imperialista. O veto de Lula à integração da Venezuela no BRICS é um sintoma da mais completa sujeição do nacional-reformismo aos ditames das potências. As crises políticas se generalizam por toda a América Latina. As tendências direitistas e fascizantes se potenciam. A Argentina, no momento, se encontra no centro da tormenta. A resistência dos explorados toma formas explosivas, diante das brutais repressões. O problema reside na crise de direção.
43. O movimento mundial contra a intervenção militar do Estado de Israel na Faixa de Gaza e em defesa do povo palestino se configurou como defesa do direito à autodeterminação da nação oprimida. Por sua amplitude, marca o caminho da luta dos explorados e oprimidos. Colocou à luz do dia a necessidade da luta contra a opressão nacional e, portanto, o combate anti-imperialista. As suas limitações se deveram e se devem às direções democratizantes pequeno-burguesas. Caso contrário, tomaria a forma de uma frente única anti-imperialista. A ausência da direção revolucionária do proletariado impossibilitou que o movimento de massa se voltasse diretamente contra os Estados Unidos e aliados, que têm o Estado sionista de Israel como um enclave colonialista no Oriente Médio. A bandeira da autodeterminação do povo palestino se choca com os objetivos da burguesia judia de anexar o que resta do



- território aos palestinos, bem como com a farsa imperialista de dois Estados. Esse é um combate que transcende o confronto de Israel com os palestinos, envolve a luta geral de libertação das nações oprimidas do jugo imperialista, que vem recrudescendo nas condições da decomposição mundial do capitalismo. A luta pela autodeterminação das nações oprimidas é parte do programa da revolução social. Não pode haver autodeterminação nacional sobre a base da opressão de uma nação sobre outra. No caso da Palestina, a estratégia do proletariado é a da luta pela constituição de uma República Socialista da Palestina, sobre a base da unidade revolucionária dos trabalhadores judeus, palestinos, árabes etc., com o objetivo de conquistar os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.
44. As manifestações pelo fim da guerra na Ucrânia foram insignificantes em comparação às da defesa dos palestinos. No entanto, essa guerra envolve a questão da opressão nacional e da autodeterminação. As particularidades históricas lançaram luz sobre a Faixa de Gaza e obscureceram o lugar da Ucrânia na cadeia da crise mundial. Como parte das ex-repúblicas soviéticas, se separou na condição de nação oprimida e incapaz de garantir a sua independência. Esse é o mesmo destino das ex-repúblicas, exceto da Rússia que herdou todas as conquistas econômicas, sociais e militares da revolução de Outubro e da própria constituição da URSS. A Rússia recorreu a uma federação, de forma a responder às tendências centrífugas, que favoreciam o imperialismo vitorioso em sua "Guerra Fria". Sua capacidade de conter a fragmentação se mostrou limitada diante das poderosas pressões do capital monopolista e financeiro. As ex-repúblicas soviéticas, nas condições de repúblicas burguesas, fatalmente seriam serão absorvidas pela União Europeia e submetidas à OTAN. É o que se passou e imediatamente às ex-repúblicas do Báltico.
45. A crise que sobressaltou a Ucrânia nos anos de 2014 e 2016 foi alimentada e impulsionada pelos Estados Unidos. A fração da oligarquia pró-russa mostrou-se como o elo mais débil. A vitória da fração pró-imperialista abriu caminho para a subordinação da Ucrânia à União Europeia e, assim, aos Estados Unidos. A classe operária e a maioria oprimida ucranianas não puderam combater as duas frações restauracionistas com o programa que havia edificado a URSS. Sem esse combate de classe, tornou-se inviável na situação de crise unir o proletariado russo, ucraniano e das demais ex-repúblicas soviéticas contra a ofensiva do imperialismo e o cerco montado contra a Rússia. Emergiu o separatismo interno à Ucrânia e a guerra se tornou inevitável.
46. O imperialismo confundiu as massas europeias e impossibilitou erguer um movimento anti-imperialista contra o cerco à Rússia e de defesa da própria Ucrânia que carece de real autodeterminação. Somente a classe operária unida contra a ofensiva do imperialismo e os interesses anexionista da Rússia pode impor uma paz sem anexações. Essa luta depende da constituição de uma direção revolucionária que encarne a estratégia da revolução social.
47. As tendências mais profundas da crise do capitalismo mundial se manifestam nas guerras da Ucrânia e da Faixa de Gaza-Líbano, bem como nos conflitos armados que estremecem países da África. Por envolverem potências militares e terem à sua frente os Estados Unidos, trazem os perigos de uma conflagração mais geral e de uma nova guerra mundial. As iniciativas da classe operária contra as guerras de dominação ainda são débeis. À medida que suas nefastas consequências forem identificadas, a luta de classes se dirigirá contra a burguesia imperialista e seus governos. Cabe à vanguarda com consciência de classe se apoiar nessa tendência objetiva e trabalhar sob essa perspectiva.
48. A caracterização do marxismo-leninismo-trotskismo de que o capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções e, portanto, de transição para o socialismo mantém toda a sua vigência. Desde a década de 1990, as contrarrevoluções ganharam terreno. As consequências desse retrocesso se estampam no percurso das contrarreformas, da escalada militar e das guerras. Crescem as dificuldades do imperialismo em conter seus choques com a China e a Rússia, que os aproximam de uma guerra. A luta de classes é a única via para retardar e conter esse processo. O proletariado e sua vanguarda terão de se apoiar nas conquistas das revoluções.
49. O capitalismo em decomposição não tem nada a oferecer aos explorados a não ser as contrarreformas e as guerras. É o que determina o caráter episódico das contrarrevoluções, ainda que possam demorar para o proletariado retomar o curso das revoluções. A crise presente, mais do que a de ontem, traz à tona o programa e os métodos da revolução social. O Programa de Transição da IV Internacional é a arma com a qual a vanguarda resolverá a crise de direção. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) é o instrumento do proletariado para romper a camisa de força imposta pelas direções conciliadoras, profundamente adaptadas ao capitalismo em decomposição.

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



## **Resolução sobre a América Latina**

### **1. Emergência na América Latina da crise econômica mundial e da guerra comercial**

A América Latina se tornou um peão na guerra comercial. A crise mundial está arrastando a América Latina para um desastre maior, cujas consequências vêm caindo sobre as massas trabalhadoras. Seus governos, mesmo os mais nacionalistas, são incapazes de reagir à ofensiva dos EUA no continente. A crise econômica e política tende a piorar e impulsionar a luta de classes. O confronto e a escalada militar em todo o mundo, e em particular na América Latina, exigem a organização do movimento revolucionário anti-imperialista, sob a liderança do proletariado.

Os governos europeus e norte-americanos têm pressionado para que a América Latina adote uma atitude mais engajada politicamente, no seu confronto com a China e as sanções econômicas impostas contra a Rússia. Mesmo os governos mais direitistas da região resistiram militantemente a aderir à política anti-russa e anti-China dos EUA e limitaram-se a declarações formais de condenação. A pressão imperialista busca alinhar a burguesia latino-americana por trás da estratégia dos EUA de consolidar a sua posição como a primeira potência mundial na sua guerra comercial contra a China. Nesse sentido, são ilustrativas as cambalhotas do governo do ultradireitista Milei, que em questão de meses deixou de ser um

inimigo raivoso do comércio com os “comunistas chineses” para ser forçado a baixar o tom e abaixar a cabeça diante da importância do comércio e dos investimentos da China na Argentina.

A expansão do comércio entre a China e grande parte dos países latino-americanos avançou tanto a ponto de, para as economias como as do Brasil e da Argentina, a China se tornar seu principal parceiro comercial, além de um importante investidor. É uma manifestação desse avanço que setores importantes da burguesia nacional estejam abertamente inclinados a favorecer a abertura com a China em detrimento da posição tradicional de servilismo ao imperialismo norte-americano. Não é de surpreender que o Brasil, como parte dos países do BRICS, tenha se inclinado a favorecer o deslocamento do dólar como moeda padrão do comércio internacional em benefício do Yuan e de sua própria moeda nacional.

A atual disputa sobre se o dólar deve ou não continuar como padrão monetário internacional

expressa o esgotamento da atual distribuição econômica mundial. Se essa mudança se tornará realidade ou não daqui para frente depende do curso da crise capitalista mundial. A verdade é que tal mudança não pode ocorrer por meio de canais diplomáticos e acordos comerciais internacionais, porque a natureza dos interesses em jogo se refere, em última análise, às condições de expansão das forças produtivas, consideradas como propriedade privada dos grandes capitalistas, dentro do quadro limitado das relações de produção e troca em vigor.

Os EUA não têm como enfrentar o avanço chinês na região no âmbito da concorrência no mercado, por isso são instados a aplicar medidas protecionistas ao mesmo tempo em que impõem a livre abertura de seu capital nos países latino-americanos. O

problema é que não tem como neutralizar a principal vantagem chinesa que é o custo muito baixo de seus produtos graças à exploração de sua mão de obra barata, isto é, de sua força de trabalho. A burguesia norte-americana não pode pagar os salários de um operário chinês ao operário norte-americano, uma questão derivada das condições gerais de produção nos Estados Unidos. A política do governo Trump de perseguir os imigrantes tem empurrado os salários e os benefícios trabalhistas para cima, o que pretende ser compensado mediante aplicação de altas tarifas a produtos importados da China e de

***No contexto do agravamento da guerra comercial, os EUA precisam urgentemente acelerar o controle das fontes de matérias-primas e dos fluxos de comércio que passam pela região. Essa é a razão dos chiques autoritários, descaradamente expansionistas e imperialistas do governo Trump para tentar voltar ao controle do Canal do Panamá e até assimilar a Groenlândia, Canadá e México sob seu controle.***

outros países, cujo efeito pode acabar sendo um bumerangue que piora as condições de produção nos EUA e as condições de vida das massas. A tudo isso se soma a obsolescência do aparato produtivo dos EUA, em comparação com os avanços produtivos da China.

No contexto do agravamento da guerra comercial, os EUA precisam urgentemente acelerar o controle das fontes de matérias-primas e dos fluxos de comércio que passam pela região. Essa é a razão dos chiques autoritários, descaradamente expansionistas e imperialistas do governo Trump para tentar voltar ao controle do Canal do Panamá e até assimilar a Groenlândia, Canadá e México sob seu controle. Em particular, a imposição ao governo do Panamá de romper o acordo com a China na Rota da Seda, evidenciando o agravamento da guerra comercial dos EUA com a China. A mesma demanda foi ditada ao governo brasileiro. Lula suspendeu o processo de adesão à Rota da Seda para evitar o agravamento da



crise política interna no país, mostrando à burguesia que sua política se limitava a interesses comerciais bilaterais.

Por todo lado vem se evidenciando a decadência do imperialismo norte-americano, que vem marcando toda a sua política externa e, em particular, sua relação com a América Latina. É neste contexto que se acentuam os seus contornos ditatoriais e pró-fascistas.

## 2. América Latina diante do esgotamento político das alternativas burguesas (de direita e reformistas) incapazes de superar a crise capitalista

As reformas neoliberais da década de 1990, com a privatização de empresas estatais e a liberalização do comércio, foram promovidas como soluções para modernizar as economias da região. No entanto, as promessas de prosperidade não se concretizaram para grandes maiorias, e a liberalização econômica foi associada ao enfraquecimento da intervenção estatal na economia, perda de empregos em setores estratégicos, aumento da precarização do emprego e crises financeiras recorrentes. Isso levou a uma rejeição popular dessas políticas e o fracasso das políticas neoliberais tornou-se evidente.

Um dos fatores que facilitou a ascensão e a sustentabilidade inicial de muitos governos nacional-reformistas na América Latina foi o boom dos preços das commodities na primeira década do século XXI. Os altos preços de produtos como petróleo, gás natural, minerais e produtos agrícolas criaram uma janela de oportunidade para muitos países exportadores e a possibilidade de esses governos nacionais reformistas encorajarem ilusões em suas políticas de conciliação de classes.

Após o breve período de auge, a decomposição capitalista determinou o fracasso dos governos nacional-reformistas, incluído os mal chamados de “socialismo do século XXI”, potenciou os setores mais direitistas e autoritários da burguesia e aumentou suas pregações e ações contra as formas democráticas que não podem ser sustentadas devido à forte pressão pelo fim dos direitos trabalhistas e previdenciárias, atacando brutalmente as condições de vida das massas. Os governos nacional-reformistas e conciliadores de classe têm pouco espaço para fazer concessões ou conter ataques diante da forte pressão do imperialismo, esgotando rapidamente as ilusões das massas e levando a um choque prematuro dos governos eleitos com os oprimidos.

O problema para a burguesia latino-americana e seus governos é o conflito entre seus interesses ligados ao fato de que a China se tornou o principal parceiro comercial da maioria dos países latino-americanos e as pressões do imperialismo norte-americano para romper relações com a China e sigam o caminho europeu de subordinação aos seus planos hegemônicos. A burguesia latino-americana não tem capacidade de resistir por muito tempo às pressões políticas, econômicas e militares dos Estados Unidos, que por sua vez não podem permitir que seu “quintal” seja palco da livre ação de seus inimigos comerciais.

Por seu turno, a crise estrutural do capitalismo

determina o fracasso dos governos de direita que emergiram do desencanto com o fracasso do nacional-reformismo. Os governos ultradireitistas, como o de Milei na Argentina ou o de Bolsonaro no Brasil, adotam medidas brutais para descarregar o peso da crise capitalista sobre as massas, ao mesmo tempo em que garantem negócios para a burguesia e a entrega quase de graça de recursos naturais e empresas públicas nos países latino-americanos ao capital financeiro. É nisso que consistem suas medidas de “ajuste e resgate”.

A vitória eleitoral e o governo do ultradireitista Milei estão sendo usados como ponta de lança pelas correntes de direita e fascistas do mundo para se reagrupar e se consolidar como uma alternativa em favor do imperialismo norte-americano e esmagar seus oponentes que supostamente encarnam os males do “comunismo mundial” e todas as formas de estatismo. As velhas e fracassadas receitas neoliberais, em essência profundamente antioperárias, antipopulares, antinacionais, são acentuadas no discurso de Milei, ultrarreacionário, confessional e obscurantista, que encontram eco nas camadas desesperadas da pequena burguesia e dos trabalhadores que estão se afogando no meio da crise e acreditam ver nas aberrações ideológicas do “anarco-capitalista” uma tábua de salvação. Mas, são esses mesmos setores que, quando sentem que os “ajustes” são descarregados sobre seus ombros, acabam se voltando contra o salvador de ontem.

Os governos burgueses, incluindo os nacional-reformistas, não só na América Latina, mas em todo o mundo, têm caminhado para uma política cada vez mais direitista, mais antioperária, antipopular e antinacional, porque esta é imposta pelas necessidades do capital financeiro imperialista e da burguesia como um todo, impelida a impulsionar a destruição parcial das forças produtivas na ânsia de superar a crise econômica no curto prazo. Ao mesmo tempo em que os governos burgueses estão se tornando cada vez mais restritivos, as massas estão tomando as ruas em alguns países, suas lutas tendem a se generalizar e se radicalizar ao enfrentar as políticas que buscam descarregar o desastre capitalista sobre seus ombros.

Em matéria econômica NÃO existem medidas puramente técnicas, todas as medidas econômicas, ainda mais aquelas destinadas a evitar os efeitos da crise, têm um conteúdo de classe, respondem a certos interesses que se referem aos interesses da classe dominante ou de algum setor dela que está em posição de impor suas “soluções”, sacrificando outros setores mais fracos, dadas as condições da crise. A este respeito, é ilustrativo observar como a burguesia imperialista norte-americana submeteu a economia europeia aos seus interesses, impondo condições adversas para o desenvolvimento de certos sectores da sua burguesia.

Mas, em geral, todas as variantes da política econômica burguesa na atual conjuntura visam buscar como aplicar medidas de “ajuste” ao custo de descarregar a crise sobre a classe operária, as nações oprimidas e a maioria empobrecida do planeta, ao

mesmo tempo em que concede amplas vantagens para a livre ação dos grandes capitais, que são potencializados à custa da destruição dos pequenos.

As possibilidades de um plano burguês de ação econômica destinado a aliviar as consequências da crise com base em um amplo programa de reformas sociais são limitadas, dada a magnitude da crise atual. Os Estados burgueses, sobrecarregados pela dívida interna e externa, pela contração de seus recursos e pela recessão econômica mundial, NÃO têm recursos suficientes para sustentar os velhos programas de assistência social e atenção aos serviços de saúde, educação e aposentadoria e pensões da velha geração que não pode mais trabalhar.

Na atual conjuntura, a política econômica burguesa visa acelerar esse processo de destruição das forças produtivas para dar origem a um rearranjo na redistribuição do mundo entre o grande capital. Essa política vem disfarçada por trás de uma suposta "luta pela liberdade" contra o "totalitarismo estatista" que, de má-fé, é apresentado como sinônimo de socialismo. O fato de que o retorno do capitalismo de livre mercado NÃO é possível na época da economia mundial dominada por monopólios e capital financeiro imperialista é deliberadamente ocultado.

### 3. A resistência dos explorados e a tarefa de superar a crise de direção

As recentes reações das massas que estão tomando as ruas no Panamá e Argentina - até mesmo no interior dos Estados Unidos -, rejeitando o endurecimento das políticas de direita, anti-imigrantes, expansionistas e colonialistas do governo Trump, são prova disso e são de um claro conteúdo anti-imperialista.

O governo Trump tem utilizado a expulsão dos

imigrantes como eixo de sua política, que começou a executar desde que assumiu. A migração de milhões de trabalhadores é um produto da submissão dos países semicoloniais ao imperialismo, que os mantém no atraso, que desindustrializa suas economias, que saqueia seus recursos, que precariza as condições de trabalho e de vida escravizando os trabalhadores. É necessário rechaçar a expulsão dos imigrantes dos Estados Unidos e a campanha chauvinista de seu governo, todos os imigrantes devem ser legalizados. Os trabalhadores norte-americanos têm a responsabilidade de primeira ordem nesta luta contra as deportações.

É fundamental a solidariedade operária com o Panamá ameaçado pelos Estados Unidos de perder o controle do canal, bem como com Cuba eternamente bloqueada e punida, à qual se somam novas restrições, e com a Venezuela que tem um presidente que é Maduro até que o povo decida impor outro. É necessário também rechaçar toda ingerência dos Estados Unidos e seus aliados, e rechaçar toda extorsão econômica, militar e diplomática. As ameaças de elevação das tarifas nas exportações devem ser respondidas com maior dureza, golpeando seus interesses econômico-financeiros. A resposta está nas mãos das massas e suas organizações. Os governos tendem a capitular, em maior ou menor grau, diante da agressiva pressão do amo norte-americano, transformando-se em seus cúmplices.

A possibilidade de que essa reação das massas, que expressa uma tendência a aguçar a luta de classes, se torne um ascenso revolucionário depende da presença da política revolucionária do proletariado em seu seio. Sua ausência ou fraqueza deixa amplo





espaço para que as oscilações típicas da pequena burguesia entre os polos extremos da luta de classes acabem sendo o que marca o desenvolvimento do processo político latino-americano.

A ausência do proletariado (constituído como uma classe para si, ou seja, organizada em um partido operário revolucionário) como direção da rebelião das massas exploradas contra o capitalismo em crise constitui uma das características que marcam o atual período político na América Latina e no mundo, marcado pelas profundas oscilações da pequena burguesia entre os polos extremos da luta política burguesa. O vácuo de uma direção revolucionária torna-se mais do que evidente a cada passo, essas massas em rebelião são arrastadas por correntes políticas heterogêneas para repetir experiências que já fracassaram sob variantes políticas burguesas sem a capacidade de acabar com os males estruturais do capitalismo. Mas, ao mesmo tempo, uma situação favorável se abre para o desenvolvimento e consolidação da corrente revolucionária proletária desenvolvida à luz do marxismo-leninismo trotskista.

Na América Latina, mais do que em qualquer outra região do mundo, as consequências da estagflação foram sentidas, nesse sentido são as previsões das organizações financeiras do imperialismo. Isso já se manifesta na queda das exportações e nas altíssimas taxas de inflação, que vêm batendo recordes históricos e com a consequente intensificação dos conflitos sociais. O controle circunstancial que alguns governos alcançam com base no subsídio aos combustíveis e no congelamento dos salários e ingressos da população, não interrompe o processo inflacionário, muito menos promove a reativação do aparato produtivo. O aumento circunstancial dos preços das matérias-primas devido à guerra, que favoreceu a economia latino-americana exportadora de commodities, não beneficia as massas exploradas, dado o extremo servilismo dos governos e da burguesia latino-americana e a estrutura socioeconômica imposta para favorecer o capital financeiro imperialista. As massas exploradas suportam as consequências da inflação e da estagnação.

É no cenário dessa tensão, na disposição combativa das massas e na falência política de suas direções tradicionais, que se abre um terreno fértil para a penetração do partido revolucionário dentro delas. Essa possibilidade pode se tornar realidade com a condição de que existam células partidárias devidamente armadas com experiência suficiente para realizar a tarefa. As aquisições programáticas serão postas à prova e os fatos serão responsáveis por exigir sua superação. Nossa vantagem comparativa é que, como POR-CERQUI, possuímos a experiência de ter sido capazes de transformar o instinto comunista do proletariado em política revolucionária consciente e, nessa medida, entender a importância transcendental de ser um partido programa, de organização bolchevique celular, baseado no centralismo democrático.

A cada passo se torna cada vez mais evidente a

terrível crise de direção, a necessidade de conquistar a independência da classe operária, política e organizativamente, recuperando as organizações sindicais, mas, mais importante, recuperando sua estratégia, construindo seu partido revolucionário trotskista marxista-leninista em cada país como parte da direção internacional, reconstruindo a Quarta Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Cabe ao CERQUI promover esta tarefa. Não há saída progressista sob o capitalismo que só nos depara a barbárie em todas as suas formas. Estamos diante de uma situação de catástrofe social. Somente a revolução social liderada pela classe operária que estabeleça a ditadura do proletariado pode acabar com a decomposição capitalista. A classe operária somente poderá dirigir a maioria oprimida, se desenvolver corretamente a tática da frente única anti-imperialista, levantando as tarefas nacionais, democráticas e sociais que a burguesia não pôde e nem poderá resolver.

#### **4. A urgência de superar a crise da direção revolucionária é colocada pela situação política nacional e mundial**

É fundamental para a vanguarda a luta pela unidade da classe operária e de todos os oprimidos, combatendo firmemente as políticas de conciliação de classes da burocracia e das esquerdas reformistas e centristas. É fundamental aplicar o método e a concepção do Programa de Transição, que, a partir das condições concretas da luta de classes, permite construir uma ponte para a própria estratégia de poder do proletariado. É preciso dar expressão organizativa e política a esse programa comum que unifica os explorados em todo o mundo, fazendo com que seja feito o balanço das recentes lutas das massas nas metrópoles e nas semicolônias diante do capitalismo em decomposição.

A formulação de um plano econômico que corresponda aos interesses dos operários, nacionais e populares, só pode vir de baixo das fileiras do movimento operário organizado, cujo conteúdo deve começar por reivindicar o estatismo protecionista, concebido como um pivô que projeta ações econômicas para a completa socialização dos meios de produção e o planejamento da economia voltado para a superação da fome, atraso e exploração do homem pelo homem. Deve ficar claro que um plano como esse só pode ter sucesso se o Estado passar para as mãos do proletariado através da revolução social que derrube a ditadura do capital e se projete para a constituição dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, porque, como ensina a experiência, a estatização nas mãos do Estado burguês acaba encharcada na corrupção, a ineficiência e destruição das conquistas sociais e também que não é possível construir o socialismo em um único país. Este programa só pode ser promovido pelo partido revolucionário da classe operária inserido nas massas exploradas de cada país, que encontrará nele a expressão consciente dos impulsos instintivamente comunistas do proletariado latino-americano.

10/02/2025

## **Informe da Seção Boliviana**

**(Resumo da Resolução sobre o problema nacional e suas perspectivas**

### **I.- ESGOTAMENTO DEFINITIVO DO MAS**

#### **1. A caracterização feita pelo POR deste fenômeno político e as perspectivas da passagem pelo poder político foi plenamente confirmada.**

Apareceu como um movimento cocaleiro que, no início, suportou a dura repressão dos chamados governos neoliberais que, por ordem do imperialismo, executaram uma dura política de erradicação forçada da folha de coca. Desde suas origens, se organizou e mobilizou financiado por organizações não-governamentais (ONGs), que atuavam como correias de transmissão das construções teóricas reacionárias do capitalismo decadente, com o objetivo de negar a luta de classes e a opressão do imperialismo sobre os países atrasados e de economia combinada. No final da última década do século passado, seguindo a tendência democratizante dominante da época que acabou arrastando a esquerda reformista e o movimento operário, esforçou-se para se organizar como uma alternativa eleitoral diferente à direita tradicional e ao gorilismo. Surgiu com o nome de Movimento ao Socialismo, sigla MAS alugada de uma das frações da Falange Socialista Boliviana (FSB) de extrema-direita.

Naquele momento de grande confusão política, em que se buscava avidamente uma alternativa política que propiciasse ao país um novo Estado democrático, participativo e aberto às grandes massas oprimidas, é quando cresce a ilusão em um governo chefiado por um indígena de poncho e sandália que melhor encarnaria as aspirações dos “pobres”. O POR, partindo dos fundamentos teóricos do seu programa, caracterizou com precisão o MAS como uma nova expressão política que incorpora os interesses dos pequenos proprietários de terras, que são os produtores de coca. Apontou que, se chegasse ao poder como uma corrente independente do movimento operário, estava condenada a desenvolver uma política burguesa com a perspectiva de converter a pequena propriedade em grande propriedade privada dos meios de produção; tentativa que não terá sucesso porque, nesta altura do desenvolvimento capitalista, na sua fase imperialista, sua existência se sustenta na exploração e pilhagem dos países pobres com uma economia combinada, tornando-se o obstáculo ao desenvolvimento capitalista do país. O POR explicou que, se o MAS chegasse ao poder, repetiria a experiência do nacionalismo definitivamente

superada na Bolívia.

O POR também previu que o MAS no poder acabaria como um governo servil e submisso ao imperialismo, leiloando os recursos naturais do país, e como todos os governos da burguesia decadente, transformaria o Estado em butim de guerra para satisfazer o apetite e as aspirações políticas dos aliados oportunistas; que acabaria se lambuçando na lama da corrupção, assim como os governos burgueses, tanto democráticos quanto ditatoriais.

Neste ponto dos acontecimentos, podemos ver que o Partido não se equivocou em nada. Sua caracterização do MAS e o que ele fez durante 18 anos de exercício do poder político foi totalmente confirmado. Fracassou na tentativa de estruturar

***O POR também previu que o MAS no poder acabaria como um governo servil e submisso ao imperialismo, leiloando os recursos naturais do país, e como todos os governos da burguesia decadente, transformaria o Estado em butim de guerra para satisfazer o apetite e as aspirações políticas dos aliados oportunistas;***

um novo Estado democrático e inclusivo no quadro do respeito a todas as formas de propriedade existentes no país, dada a sua condição de país capitalista atrasado (os restos da propriedade comunitária primitiva, a pequena propriedade privada dominante tanto no campo como na cidade, a propriedade estatal, a deformada propriedade cooperativa e a grande propriedade privada capitalista nas mãos da burguesia nativa e das multinacionais imperialistas). A realidade confirma que estas formas de propriedade estão em permanente contradição, sobrevivendo uma à custa da destruição da outra, e a grande propriedade privada

capitalista acaba subordinando todos os restos do pré-capitalismo. Fracassou na tentativa de substituir a existência de classes sociais opressoras, oprimidas e exploradas por culturas que supostamente se relacionam entre si numa convivência complementar idílica; também fracassou na tentativa de negar a luta das nações oprimidas contra o imperialismo, quando o imperialismo é forçado a sobreviver assaltando os recursos naturais do primeiro e sobrecarregando-os com as consequências de suas crises cíclicas.

A Constituição Política do Estado Plurinacional, a criatura mais preciosa do MAS, baseia-se em fundamentos subjetivos e reacionários. Em sua aplicação tem se chocado com a realidade do País, de modo que fracassou em todas as reformas que tentou realizar na estrutura econômica, nas relações sociais e culturais, na justiça e na educação. Limitou-se a substituir a realidade por símbolos, por exemplo, em um parlamento adornado com trajes indígenas, para mostrar que na Bolívia os camponeses são os



principais atores que participam das decisões mais importantes do Estado, quando, de fato, os oprimidos do campo continuam lutando em meio ao atraso e à miséria terrível.

Os governos do MAS vão entrar para a história como os mais servis ao imperialismo por terem entregado os recursos naturais às multinacionais sem restrições, como governos pró-burgueses porque criaram todas as facilidades econômicas e legais para que a empresa privada nativa pudesse se consolidar e se tornar um exportador direto de seus produtos; num governo antioperário porque está condenando os trabalhadores a uma miséria maior e destruindo suas conquistas sociais, e antipopular, porque submete os setores oprimidos a condições de vida deploráveis, tudo para beneficiar às castas poderosas e o imperialismo.

## 2. A crise interna do MAS que desagua na sua morte política.

Como já apontamos acima, o MAS nasceu sem um programa que servisse de argamassa na consolidação de sua estrutura organizacional. O caudilho preenche esse vazio, com todos os seus traços positivos e seus grandes defeitos que todo indivíduo carrega como consequência de sua origem de classe. Evo Morales que, no início, apareceu como um humilde líder de sua classe, com o passar dos anos no exercício do poder e sob o amparo do comportamento bajulador dos oportunistas da classe média, que espalharam a ideia de que ele seria um grande estadista, na mesma altura dos governantes do continente e do mundo, se transformou num tirânico e arrogante caudilho que não suporta a presença de outros que o ofusquem.

Desde o início, as diferenças entre Morales e seus oponentes não giravam em torno de ideias políticas, porque não há um ponto de referência que seja o programa; pelo contrário, ocorrem em torno do controle total ou parcial do Estado, empurrado por essa tendência a dividir os cargos que os caudilhos menores apresentam como aspirações de seus setores e regiões; por exemplo, os líderes de El Alto que se consideram os baluartes do Estado Plurinacional, organizam e mobilizam seus habitantes para controlar certos ministérios que acreditam corresponder-lhes por direito natural, da mesma forma que os caciques de uma região também reivindicam o direito de sua área participar do poder central, do legislativo, etc. Dessa forma, caudilhos e caciques encobrem suas ambições pessoais sob o suposto “direito de suas regiões” e os usam como fator de pressão para chegar ao poder.

Dessa forma, as crises internas do MAS, longe de levar ao fortalecimento ideológico do Partido e ao surgimento de novos militantes, carregam em suas entranhas o vírus da autodestruição. Fatalmente, os insatisfeitos com o tamanho miserável do bolo ou com o comportamento despótico do caudilho, caminham para a fratura interna, gerando uma guerra fratricida que leva à ruptura oficial do Partido. Estamos vivendo esse momento de crise interna do MAS, a ruptura é irreversível apesar dos esforços feitos pelos governos reformistas do continente no sentido de conseguir uma reunificação para garantir a vitória

nas próximas eleições.

## 3. O fracasso do MAS é uma nova constatação da incapacidade burguesa de tirar o país do atraso e da miséria; incapacidade que se traduz em ineficiência, impostura, corrupção e entreguismo de seus governos.

As massas exploradas e oprimidas já viveram as experiências do fracasso do nacionalismo, do neoliberalismo e agora do MAS. É a constatação de que, para acabar com o atraso, a miséria e a opressão imperialista que nos oprimem é necessário retomar as bandeiras da luta pela revolução social.

Da Tese de Pulacayo de 1946 à Assembleia Popular de 1971, a luta dos explorados se desenvolveu em torno da luta de classes dos operários e camponeses, sob a perspectiva proletária do socialismo.

O golpe preventivo de Banzer promovido pelo imperialismo produziu um retrocesso político na classe operária que foi bloqueada pelas formulações da esquerda reformista no sentido de que a forma de impedir a constituição de ditaduras militares era a construção de uma sólida democracia burguesa. Formulação utópica, porque a democracia burguesa formal (uma forma hipócrita de ditadura burguesa) não pode ocorrer nas condições de atraso e miséria generalizada em um país capitalista atrasado como a Bolívia. Aqui a vasta classe média esfomeada não desempenha o papel de amortecedor da luta de classes, apegada à lei e ao protesto pacífico. Pelo contrário, por causa de sua miséria, é uma classe explosiva que recorre às ruas por meio da ação direta para chamar a atenção para seus problemas. No devido tempo, será a força material que tornará possível a revolução social dirigida pelo proletariado e seu partido.

O mal-estar social – na ausência do proletariado como vanguarda política com perspectiva própria – resultou no problema da opressão nacional da burguesia branca sobre a maioria indígena e mestiça do país, atravessando todos os setores oprimidos, tornando-se o alvo da rebelião dessas massas. A expulsão do governo do gringo neoliberal Sánchez de Lozada (Goni) pelas massas de pele morena revoltadas criou as condições para que o camponês indígena Evo Morales despertasse na Bolívia indígena a ilusão de que um “irmão” no poder era nada menos que sinônimo de libertação após 500 anos de humilhação.

Vivemos numa situação em que é mais do que evidente que a classe dominante não pode mais se sustentar no poder se não for à custa do agravamento da pobreza, do desemprego, do atraso nacional. A crise política burguesa atingiu um ponto de ingovernabilidade democrática formal. A luta entre os interesses mesquinhos dos políticos se sobrepõe paralisando os poderes formais do Estado. O parlamento, o judiciário, o executivo e o poder eleitoral, enredados na luta entre o MAS e a velha direita neoliberal, estão paralisados.

Cabe ao proletariado levantar as bandeiras da Tese de Pulacayo.

## II.- A CRISE ECONÔMICA SE AGRAVA A CADA DIA, E AO GOVERNO SE LHE ESGOTARAM AS ALTERNATIVAS PARA CONTÊ-LA

A saúde da economia boliviana atingiu uma situação crítica em que não se vislumbra uma recuperação a curto, médio e longo prazo. A crise explode devido à falta de dólares em todos os setores econômicos (construção, indústria, mineração, agricultura, comércio atacadista e varejista e manufatura) o que se traduz no aumento de preço dos insumos produtivos que são importados, provocando um aumento nos custos de produção e, portanto, aumento nos preços finais ao consumidor. Para enfrentar essa difícil situação, a primeira reação do mercado produtivo e da população em geral é reduzir seu consumo, o que enfraquece a demanda interna nacional. Este quadro de escassez de dólares e a consolidação de um mercado paralelo de câmbio altamente especulativo, ao final do processo de produção e circulação, acaba contraindo o tamanho do aparato produtivo boliviano.

No capitalismo, cada crise econômica afeta os setores sociais de maneira diferente. Deve-se enfatizar que os empresários nunca perdem, descarregam o aumento dos custos de produção no preço final de suas mercadorias, bem como reduzem suas perdas atacando os interesses da força de trabalho, demissões intempestivas, prolongamento da jornada de trabalho, aumento do ritmo de trabalho e violação de direitos trabalhistas. A isso deve-se acrescentar que o setor empresarial estrangeiro e nacional, que monopoliza os dólares que entram das exportações,

se dedica a especular com a troca de dólares para os bolivianos no mercado paralelo para obter um lucro extra em águas turbulentas. Os bancos e outras instituições financeiras são os que mais se beneficiam, pois especulam o quanto podem, acumulando fortunas suculentas neste período excepcional às custas do desespero da população em geral.

As consequências sociais imediatas da crise se refletem na perda de renda econômica para todas as famílias bolivianas, a instabilidade no emprego, a queda na qualidade de vida certamente levará a grande maioria a sair às ruas em busca de melhores condições de vida.

### 4. A saída burguesa da crise é através do desastre

A resposta dos economistas neoliberais é a saída para o desastre, uma vez que o fim do subsídio aos hidrocarbonetos acabará destruindo a economia da grande maioria, e a privatização de todas as empresas públicas produtivas acabará entregando toda a nossa economia nas mãos privadas estrangeiras, aprofundando o saque. As políticas liberais, em países com economias de capitalismo atrasado, são definitivamente inviáveis porque não promovem o desenvolvimento, mas sim uma maior submissão aos interesses do capitalismo monopolista. São sinônimo de entreguismo extremado, reforçando a condição de semicolônia e quintal do imperialismo como fonte de matérias-primas e mão de obra barata.

O programa "liberal" defendido por todos





os partidos burgueses, inclusive o MAS, é em essência um programa antinacional, antioperário e antipopular que busca descarregar todo o peso da crise sobre os explorados para favorecer o maior enriquecimento dos setores econômicos mais fortes da classe dominante e das multinacionais imperialistas. Esta orientação da política econômica burguesa, que é mundial, alimenta-se do fracasso do programa reformista dos mal chamados “socialistas do século XXI”, se potencia pela ausência ou debilidade da resposta revolucionária proletária no seio das massas.

Os partidos burgueses de direita e os partidos oficialistas (Evistas e Arcistas) se esforçam para disfarçar suas posições “liberais”, antinacionais e antioperárias, temerosos diante do certo instinto das massas que ainda têm fresca a experiência dos governos “neoliberais” do passado, que trouxeram mais fome e miséria para a maioria nacional, o que os leva a suspeitar de tudo o que dizem, prometem e fazem os “políticos” burgueses.

Qualquer que seja o governo que emergir das próximas eleições nacionais (2025), será forçado a aplicar medidas de ajuste econômico para descarregar o peso da crise sobre os explorados em benefício do grande capital. Neste terreno, as diferenças entre os partidos “oposicionistas” e “oficiais” são de grau. Nenhum deles propõe um programa que seja expressão dos interesses nacionais, operários e populares.

##### 5. Qual deve ser a resposta operária à falta de dólares e à crise econômica?

O problema da falta de dólares vem prejudicando a indústria que NÃO tem como pagar pela matéria-prima que é importada do exterior, com o conseqüente prejuízo no atraso da produção e das entregas. Os empregadores usam a situação como mais uma justificativa para continuar aplicando medidas antioperárias com a complacência do governo.

Não há resposta à situação do ponto de vista dos interesses históricos e imediatos do proletariado; a burocracia sindical, politicamente subserviente ao governo e aos patrões, induz as organizações operárias a adotar resoluções que de fato acabam fazendo coro com as posições patronais de exigir do governo “condições” para trazer os dólares das exportações incrementadas no âmbito dos acordos feitos em fevereiro passado (2024). Os empresários argumentam que os bancos nacionais lhes pagam seus dólares à taxa de câmbio oficial, o que seria inconveniente, pois todos os insumos, peças de reposição, etc. subiram de preço ajustados à taxa de câmbio do dólar paralelo no mercado negro.

Pode haver uma prova mais conclusiva da mesquinha “patriótica” da burguesia? Eles não abrem mão dos dólares que têm como resultado do trabalho social dos trabalhadores porque não lhes convêm. Que lhes importa o destino do país, eles só

cuidam de seus bolsos!

O que deve ser defendido, do ponto de vista dos interesses históricos e imediatos da classe operária, diante dessa questão da falta de dólares e do aumento dos custos?

- **Nacionalização do ouro e minerais nas mãos de empresas multinacionais** que pagam impostos miseráveis ao Estado (4,8% no caso do ouro e 9% no caso de grandes depósitos de prata e outros minerais) e se aproveitam dos recursos naturais do país numa conjuntura em que o preço dos minerais subiu devido à emergência da guerra. Mas, eles preferem deixar seus dólares em bancos estrangeiros.
- **Monopólio estatal do comércio exterior**, esta é uma medida elementar para defender a economia e a indústria nacionais contra os interesses antinacionais das multinacionais imperialistas e dos empresários nativos que preferem deixar seus dólares em bancos estrangeiros, depois de terem se beneficiado da abertura das exportações.
- **Nacionalização dos bancos** que especulam com dólares e o câmbio, obtendo lucros extraordinários às custas do aumento do custo de vida da maioria das famílias bolivianas.
- **Reversão das terras dadas ao latifúndio e nacionalização da agroindústria**, cujos interesses se traduzem na destruição das florestas e na exploração irracional da terra com base no cultivo extensivo. A burguesia agroindustrial se beneficia do subsídio do combustível, das facilidades para obter terras, créditos, etc., mas ao mesmo tempo se recusa a trazer os dólares de seus lucros extraordinários deixados nos bancos do exterior.

Mas, a verdade é que nenhuma dessas medidas será adotada pelo governo Arce e muito menos por nenhum dos opositores da velha direita e imitadores de Milei se chegarem ao governo, porque todos são partidos burgueses, respeitosos da grande propriedade privada capitalista, que consideram que devem se cercar de garantias para continuar fazendo negócios, mesmo às custas do povo trabalhador, a economia e a indústria nacionais. Se a classe operária não quer continuar a arcar com as conseqüências da política econômica burguesa, então o que corresponde é assinalar com clareza: se o governo burguês de Arce e os políticos da oposição são incapazes de adotar medidas para defender o país da ganância das grandes multinacionais imperialistas e da burguesia nativa, devem ser expulsos do poder, para pôr em pé um governo operário-camponês que aplique os métodos da revolução socialista para o cumprimento das tarefas democráticas burguesas pendentes e projeta-los para o estabelecimento dos Estados Unidos socialistas da América Latina.

Bolívia, fevereiro de 2025

## Informe da seção Argentina

**É necessário e urgente que a classe operária dirija a crescente resistência das massas ao governo Milei em profunda crise, para derrubá-lo e impor sua própria perspectiva**

O governo de Milei é o resultado do fracasso da democracia burguesa e de seus partidos, especialmente o peronismo, em resolver os principais problemas políticos e econômicos.

É um governo improvisado, sem plano, sem política, com poucos legisladores, sem governadores, sem prefeitos, sem uma estrutura partidária nacional. Ele recebeu um voto majoritário “contra a política”, com a ilusão de “alguma mudança”. Um governo fraco.

As principais corporações nacionais e estrangeiras rapidamente se alinharam com o governo e o tornaram seu. As medidas econômicas e os funcionários vieram do macrismo.

O programa que ele lançou imediatamente foi de completa subordinação aos EUA e Israel, de liberalização da economia, acabando com todas as regulamentações e controles, reduzindo os impostos sobre os mais ricos, prometendo respeitar a dívida externa e pagá-la. Uma política de estímulo às exportações, promovendo a pilhagem de recursos e empresas públicas que seriam privatizadas. Um ataque às aposentadorias, aos salários, às obras públicas, aos orçamentos da educação e saúde.

O complemento necessário a este ataque às condições de vida e de trabalho foi a repressão aberta, a ameaça e perseguição aos movimentos de desempregados, a proscrição das lutas, acabar com os sindicatos, a aplicação de um protocolo de segurança típico de uma ditadura militar. Combinado com uma política de extorsão às províncias e legisladores para que não se oponham às suas políticas, porque, do contrário, não receberiam nenhum apoio econômico do governo.

O governo nunca foi capaz de mobilizar um setor da população contra o restante, como seus seguidores imaginavam. Fracassaram todas as convocações, seu apoio ativo é mínimo. Conta com o apoio fundamental dos grandes meios de comunicação de massa e das redes sociais. Seu discurso se baseia nos desastres anteriores e mentiras de todos os tipos para justificar suas medidas alimentando o ódio dos pobres contra os pobres.

Conformou-se um regime de ditadura civil que também visava atropelar o Congresso, governando por decreto e impondo suas políticas por todos os meios, incluindo extorsão e suborno. O governo insiste em incorporar as Forças Armadas à repressão interna. Alterou a legislação de inteligência para voltar a realizar a espionagem doméstica com um alto orçamento.

Somente a resistência popular pôde limitar a magnitude de seu ataque.

O governo imaginou que não haveria resistência porque o peronismo, que dirige os sindicatos e movimentos sociais, havia sido amplamente derrotado nas eleições. Porém, as massas não se sentiram derrotadas pelo resultado das eleições e saíram para a luta imediatamente, sabendo que tipo de medidas tomadas não seriam contra a “casta”, mas contra os trabalhadores.

Após anos de paralisia e cumplicidade com o governo Fernández, a CGT convocou mobilizações de massa e duas greves gerais em 2024, aderindo às mobilizações democráticas, como a do Dia da Mulher Trabalhadora, o 24 de março, e às gigantescas mobilizações nacionais em defesa da Universidade. Sua primeira convocação para atos de ruas, duas semanas depois do governo assumir,

desafiando ameaças e protocolos de segurança, marcou um limite ao governo e também um alerta para as direções políticas que se prostraram diante do triunfo eleitoral e falaram em conceder-lhe uma trégua, que era um governo “legítimo”, votado pela maioria etc.

Após as negociações para a reforma trabalhista e sindical, a direção da CGT ficou paralisada e não convocou mais atividades sob a justificativa que o governo havia revertido muitos aspectos do ataque. Os sindicatos de transportes realizaram uma greve nacional em 30 de outubro com grande repercussão, tornando mais visível a atitude cúmplice da direção da CGT, determinada

a não enfrentar o governo. Houve uma ruptura com Moyano dos caminhoneiros que chamou a ganhar as ruas, para resistir, para enfrentar o governo, saindo da direção. A luta contra a privatização de Aerolíneas e do Banco Nación desempenhou um papel importante, destacando a defesa do patrimônio nacional. Como o combate às demissões no Estado.

A luta estudantil também deu um salto em todo o país com enormes mobilizações e a ocupação de faculdades, com assembleias, quebrando uma paralisia de muitos anos. Uma resposta contundente ao ataque do governo, que reduziu drasticamente o orçamento.

Este ano, as lutas deram um passo à frente impulsionadas pela crescente bronca popular, porque as condições de vida e trabalho continuam piorando, tornando-se insuportáveis. E se combina com uma profunda crise do governo da qual não pode sair.

A crise está se acelerando. O discurso antidireitos de Milei em Davos em janeiro teve uma resposta

***O maior perigo político para o movimento de massas é a orientação burguesa que postula que uma grande frente antiMilei é necessária para derrotá-lo nas próximas eleições legislativas e se preparar para as eleições presidenciais. É uma política de derrota.***

popular extraordinária e imediata em 1º de fevereiro, com base na convocação das assembleias do movimento LGTBI, às quais partidos políticos, organizações sociais e sindicatos tiveram de aderir. Em 14 de fevereiro, o escândalo de fraude com criptomoedas envolvendo diretamente Milei estourou. Ocorreu uma crise dentro da burguesia em torno da nomeação de juizes para a Suprema Corte por decreto, sem a aprovação do Senado. Outra disputa refere-se ao decreto de Milei de assumir nova dívida com o FMI, violando a Constituição e a lei específica que determina que apenas o Congresso pode fazê-lo.

A repressão sistemática aos aposentados que se mobilizam às quartas-feiras, contra a destruição dos seus vencimentos, deu um salto no início de março, quando os torcedores do Chacarita chamaram a se mobilizar “em defesa dos velhos”, para que “não batam mais neles”, conseguindo aumentar o volume do protesto. Na semana seguinte, aderiram grande quantidade de torcidas e a mobilização foi muito grande, assim como a repressão do governo, ferindo gravemente Pablo Grillo, disparando gás e balas de borracha como raramente antes, infiltrando policiais, armando todo tipo de provocações, descontrolando-se. O plano de ameaças e maior repressão falhou completamente. Essa repressão gerou um grande custo político para o governo. Na semana seguinte, a mobilização foi redobrada. Apareceram as bandeiras de inúmeros sindicatos e a adesão da CGT e da CTA.

É esta bronca que se transforma em maior intervenção das massas, como podem, com CGTs regionais muito ativas, exercendo forte pressão sobre

a CGT para convocar uma nova greve geral para 10 de abril com mobilização na quarta-feira 9 em apoio aos aposentados. Em todas as mobilizações gritaram “greve! greve! greve! greve geral!”, denunciando “onde está que não se vê, a famosa CGT”. A atividade das massas nos últimos dois meses mostra a vitalidade de um movimento de resistência que está crescendo, que está procurando seu caminho, mesmo sem o chamado e a presença de suas organizações naturais.

Esse movimento crescente irrompe em meio ao desespero do governo pelo fracasso de suas políticas. Não há investimento, a maioria dos itens da economia permanece estagnada, o consumo continua caindo e, apesar da recessão e do dólar oficial sob controle, a inflação cresce e a pobreza cresce. E, há algumas semanas, a grande burguesia começou a abandonar a “bicicleta” financeira sabendo que o esquema cambiário não se sustenta, passando de pesos para dólares, que não existem, elevando o preço do dólar não oficial, pressionando para fazer uma forte desvalorização. Os exportadores, apesar das vantagens que lhes foram dadas, não liquidam suas exportações esperando a inevitável desvalorização. Os importadores estão correndo para pagar suas dívidas aproveitando o preço atual do dólar oficial, assim como as empresas que contraíram dívidas em dólar ou têm dividendos a pagar no exterior. Somam-se a tudo isso a crescente demanda por dólares do turismo estrangeiro e o forte crescimento das importações, em proveito do desequilíbrio cambial e da abertura indiscriminada. Isto explica as tentativas apressadas de pedir ajuda ao FMI, de emprestar-lhe dólares, aumentando a dívida para mostrar que



tem reservas e tentar evitar uma corrida que já está ocorrendo. Os preços estão subindo e queimando a única bandeira que o governo poderia agitar diante da população, que havia baixado a inflação. E o “mercado” não espera até depois das eleições.

O violento ataque da burguesia e do imperialismo contra as massas, de subjugação absoluta do país, pôde avançar e se sustentar porque as massas não têm uma direção revolucionária que oriente suas lutas para a derrubada deste governo e a imposição de suas próprias políticas. Não porque haja falta de vontade de lutar.

Em 2024, prevaleceu a ilusão de que o Congresso poderia ser um freio às políticas do governo e o movimento em geral foi orientado até julho seguindo sua agenda, pressionando-o a votar contra o governo. Essa ilusão se esgotou quando o governo conseguiu impor vários decretos e leis comprando os apoios necessários. As reivindicações agora são direcionadas diretamente ao governo.

Foi acertada a tática do Partido de intervir nas mobilizações e eventos dos sindicatos e da CGT com suas posições, vinculando-se às suas bases, ajudando à sua politização, questionando a política de suas direções. A superação de suas direções conciliadoras será produto da luta de suas bases e da intervenção da vanguarda consciente. Se diferencia da maioria dos partidos de esquerda que se dizem “trotskistas”, mas desenvolvem uma tática de dividir os sindicatos em eventos e colunas paralelas.

O governo conseguiu adicionar o PRO às suas políticas, incorporando funcionários que vieram de seu governo, também um setor do radicalismo e, em menor grau, do peronismo. A pressão do grande capital é tão grande que dividiu os partidos e a CGT.

O maior perigo político para o movimento de massas é a orientação burguesa que postula que uma grande frente antiMilei é necessária para derrotá-lo nas próximas eleições legislativas e se preparar para as eleições presidenciais. É uma política de derrota. Esta orientação está presente nas lutas. Também é preciso combater qualquer defesa da democracia em geral contra as características ditatoriais do governo, o que corresponde é levantar bandeiras democráticas, a defesa das liberdades, mostrando a continuidade entre democracia e ditadura.

A política dos revolucionários visa esclarecer

o tempo todo a natureza de classe do governo e as características do regime. Quais setores empresariais fazem parte de seu governo, quais são as negociatas, quais são as mentiras. Não se distrair com as provocações dum palhaço.

É necessário que o movimento de massas se estruture numa frente única anti-imperialista que levante as bandeiras democráticas, nacionais e sociais sob a direção da classe operária. É fundamental a luta pela unidade com os trabalhadores e evitar a quebra da CGT, que de fato já está dividida. O que corresponde é a luta por sua direção conquistando a independência política e organizacional, contando exclusivamente com medidas de ação direta para derrubar Milei e suas políticas.

A questão nacional ocupa um espaço central devido à reedição da política de privatizações e reprivatizações, à pilhagem absoluta das riquezas, terras, rios, minerais, juntamente com a luta permanente pelo não reconhecimento da dívida e pela ruptura com o FMI e seu programa. A burguesia e a pequena burguesia compõem impotentes diante de uma maior opressão e subjugação colonial.

Torna-se dramaticamente visível a incapacidade da burguesia de resolver as tarefas nacionais, liquidar o latifúndio e a oligarquia latifundiária, a independência nacional, a industrialização do país. Essa incapacidade e covardia resultam num Milei que proclama abertamente a subjugação nacional, destruindo o que resta da indústria, abrindo indiscriminadamente as importações. Todas as frações da burguesia fracassaram, desde as variantes nacionalistas até as liberais, civis e militares, desenvolvimentistas e neoliberais. Eles não têm mais nada que experimentar.

Somente a classe operária no poder será capaz de enfrentar consistentemente o imperialismo e conquistar a emancipação nacional, pondo fim também à exploração capitalista. A luta pela independência política se concretiza na construção do partido revolucionário que estamos construindo a partir do POR-CERQUI, expressão consciente do processo coletivo inconsciente de resistência e sublevação contra a ordem estabelecida, expressão consciente das tarefas históricas da classe operária; e que também resolverá as tarefas que a burguesia não pôde e não será capaz de resolver.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$35**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS**



## Informe da seção brasileira

1. Confirma a previsão de que o governo Lula seria de continuidade das contrarreformas antinacionais e antioperárias impostas pelos governos de Temer e Bolsonaro. O nacional-reformismo não só é incapaz de se opor ao grande capital nacional como a ele se submete.
2. As contrarreformas trabalhista e previdenciária dos governos representam um dos ataques mais amplo e profundo aos assalariados e demais oprimidos. Por essa via, os capitalistas puderam aumentar a taxa e exploração e se protegerem contra os fatores da crise econômica internos e externos.
3. A contrarreforma trabalhista tornou os empregos mais instáveis, impulsionou a informalidade e liquidou antigos direitos. A terceirização vem se impondo em contraposição aos empregos diretos. O próprio Estado recorre a essa forma para acabar com sistema único dos serviços públicos e a estabilidade.
4. A contrarreforma previdenciária aumentou a dificuldade do trabalhador alcançar a aposentadoria. Estendeu o tempo de contribuição e idade para os trabalhadores e manteve os privilégios da alta burocracia do Estado. E reduziu a participação dos empregadores na contribuição ao INSS.
5. A contrarreforma de Lula atinge o seguro-desemprego, o Benefício de Progressão Continuada, o abono salarial, bem como resulta em redução orçamentária para a saúde, educação e assistência social. Desvincula o reajuste de todos esses direitos do salário mínimo. O salário mínimo não mais será corrigido de forma que tenha, de fato, ganho real. São medidas que objetivam garantir o arcabouço fiscal, cuja função é a de proteger os credores da dívida pública.
6. As privatizações avançam, tanto em nível da União quanto dos estados e municípios. Os governantes, indistintamente, atendem às exigências do capital parasitário, que se apossa das estatais. Faz parte desse plano a privatização de escolas e saúde públicas.
7. De conjunto, as contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula refletem a política econômica ditada pelo capital financeiro e pelos poderosos monopólios. O nacional reformismo, assim, se decompõe e sobrevive na forma de uma caricatura popular. As leis econômicas de decomposição do capitalismo obrigam governos de direita, ultradireita e de centro-esquerda a praticarem no fundamental a mesma política econômica, diferenciando-se em aspectos secundários e em graus.
8. O governo Lula conta com o apoio direto das direções burocráticas dos sindicatos e centrais. Os governos de Temer e Bolsonaro contaram com um colaboracionismo indireto, que se manifestou na forma de passividade e de oposicionismo democrático-eleitoreiro. Os setores da burocracia, incluindo a sua fração ultraminoritária de esquerda, reclamaram diante das contrarreformas de Lula, mas não se colocaram por organizar o combate operário e popular.
9. A retomada econômica, depois da brutal queda ocorrida no período da pandemia e a diminuição da taxa de desemprego, favoreceu provisoriamente a governabilidade antioperária do governo Lula e de sua frente ampla constituída por partidos de centro-direita. Essa situação favorável ao governo tende a se esgotar cada vez mais. O Estado se acha limitado em sua capacidade de intervenção na economia. A dívida pública vem aumentando. Prevalece o parasitismo financeiro. As contrarreformas intensificam a exploração e limitam a capacidade de consumo das famílias.
10. O baixo crescimento da economia mundial e sua tendência ao descenso poderão atingir mais duramente a economia brasileira. A diminuição do crescimento econômico na China, a queda na Alemanha e a limitação nos Estados Unidos indicam maiores dificuldades para as economias dos países semicoloniais, que arcam com o maior peso da desintegração do capitalismo. No caso do Brasil, um rebaixamento nas exportações de produtos agroindustriais e minerais afetará o conjunto de sua economia.
11. É bem provável que haja uma escalada na guerra comercial, promovida pelo recém-eleito Donald Trump. É esperada uma ampla investida do imperialismo norte-americano contra a expansão econômica da China, em particular na América Latina. Nesse caso, o Brasil será um dos mais atingidos.
12. O governo Lula tem procurado se destacar internacionalmente, quando internamente se encontra premido pela crise econômica e política. A política de apoiar um pé na China e outro nos Estados Unidos é insustentável. A burguesia brasileira é francamente vinculada ao imperialismo norte-americano. Passou a depender circunstancialmente do comércio com a China. A posição de Lula de vetar o ingresso da Venezuela no BRICS foi um aceno aos Estados Unidos de que não pretende constituir uma aliança orgânica com a China e Rússia.
13. A utilização da tribuna mundial montada sobre a base dos choques entre os Estados Unidos e a China para promover relações em torno à transição energética, ao equilíbrio climático e à fome tem fôlego curto. Obrigatoriamente, o Brasil age, em última instância, em razão do servilismo às potências imperialistas, às quais historicamente esteve interligado e subordinado. As variantes nacional-reformistas, tanto no Brasil quanto na América Latina, fracassaram em seu objetivo de levar a nação oprimida à independência nacional. Hoje, abandonaram essa linha e se acomodaram ao servilismo.
14. A eleição de Lula foi clamada como contraposição à ultradireita encabeçada por Bolsonaro. E assim correspondeu à defesa da democracia. A tentativa de golpe fracassado

- pela fração bolsonarista foi uma das provas de que no seio da burguesia se gestou uma força ditatorial. Esse acontecimento continuará sendo um fato de crise política. Após o fim da ditadura militar, esse fenômeno político indica a debilidade da democracia oligárquica. Debilidade que se potencia devido os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas, a presença ostensiva do capital imperialista, a crescente concentração de propriedade e riqueza e a persistência de um mar de miséria.
15. A ultradireita fascistizante se despontou nas condições de fracasso de uma sequência de governos petistas e de suas alianças com uma fração da direita. A derrubada do governo de Dilma Rousseff em 2016 se deveu a uma grande aliança da direita e ultradireita e a uma ruptura no governo de centro-esquerda. O PT, aliados de esquerda e a burocracia sindical se mostraram incapazes de mobilizar os explorados contra o golpe institucional e instalação da ditadura civil. A volta ao poder presidencial não significou uma derrota esmagadora da ultradireita. O terceiro mandato de Lula se realiza em meio a uma maior subordinação ao grande capital e aos partidos oligárquicos.
  16. A ampla vitória da direita e ultradireita nas eleições municipais mostraram que o nacional-reformismo não tem como fechar passagem às tendências ditatoriais da burguesia. O PT e aliados de esquerda foram os grandes derrotados. Os partidos que se reivindicam do socialismo à esquerda no espectro eleitoral não tiveram qualquer significado político. As massas foram arrastadas pelas disputas interburguesas condicionadas pelas relações oligárquicas do Estado burguês.
  17. O governo Lula se ressentiu de um resultado tão negativo para o PT e aliados. Sua sobrevivência depende de levar adiante as contrarreformas e de manter a burocracia sindical sob seu controle. Desde já, se discute os dois anos que restam de seu mandato e se será capaz de concorrer com uma futura aliança de centro-direita. O que quer dizer que se trata de um governo completamente prostrado diante das divisões e das pressões do grande capital.
  18. O POR tanto combateu e combate os governos burgueses de direita e de esquerda com as bandeiras, a organização e os métodos da luta de classes. Distingue o caráter político dos governos para melhor combatê-los e enfrentar a política de colaboração de classes em qualquer de suas variantes. A luta pela expulsão da burocracia, pela independência dos sindicatos e pela democracia operária tem sido travada sistematicamente. A bandeira de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula distingue a linha do POR de todas as correntes do movimento sindical e político. A intervenção nas eleições na defesa do programa de ação e a bandeira do voto nulo permitiu ao partido desenvolver a linha de independência de classe. Está consciente de que se trata de uma tática imposta à sua condição embrionária e às adversas limitações antidemocráticas da legislação burguesa.
  19. É nesse terreno que o POR luta por se construir e dar passos no sentido da superação da crise de direção. A polarização entre as classes do ponto de vista da riqueza concentrada e da pobreza generalizada não pôde ser diminuída pela política assistencialista e pela conciliação de classes. Essa situação objetiva potencia os instintos revolucionários da classe operária e a revolta dos oprimidos. A luta por conquistar a independência política da classe operária é de ordem histórica e revolucionária.
  20. O POR, ainda embrionário, tem avançado na formação de quadros marxista-leninista-trotskistas. O seu programa corresponde à revolução social, que emerge nas situações em que as forças produtivas se chocam abertamente com as relações capitalistas de produção. A orientação voltada a se construir no interior da classe operária tornou-se um guia na luta pela superação da crise de direção.
  21. O esforço de se construir como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) tem permitido ao partido entender mais amplamente a premissa marxista de que em última instância a decadência do capitalismo mundial e a luta de classes condicionam a marcha da revolução social no Brasil. Nesse sentido, vem respondendo disciplinadamente aos acontecimentos que decorrem da decomposição do capitalismo.
  22. O partido desenvolve no país a luta internacionalista. No último período, seu trabalho de agitação e propaganda expressam o enfrentamento às guerras provocadas pelo imperialismo, como na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Põe em prática as Resoluções e a orientação do CERQUI. As bandeiras de Estados Unidos Socialistas da Europa e de Estados Unidos Socialistas no Oriente Médio amparam o internacionalismo proletário. A tática da frente única anti-imperialista veio à tona com a luta das massas pelo fim do genocídio do povo palestino e pela autodeterminação da nação oprimida.
  23. O POR alcançou um nível de elaboração coletiva, de propaganda e agitação que evidenciam progressos em sua condição de organização do proletariado embrionária. Mantém o Jornal Massas regularmente, publica folhetos e desenvolve suas ações agitativas por meio dos boletins das frentes. A sequência de livros editados tem permitido conservar, expor e desenvolver o programa e a linha política. Esses meios de propaganda e agitação estão voltados a elevar a consciência de classe da vanguarda revolucionária e a penetrar o programa da revolução social no movimento das massas.

Dezembro de 2024

## Informe da seção chilena

### O atual governo representa fielmente o que é a pequena burguesia

Um setor da pequena burguesia busca, por meio da política burguesa, a ascensão social. Caso contrário, continuará em desvantagem devido à falta de oportunidades que a sociedade capitalista não possibilita. Os pequeno-burgueses devem enfrentar situações adversas, e aqueles que, a muito custo, conseguem a ascensão, uma vez alcançados seus objetivos, tornam-se servos absolutamente convictos, o que os transforma em capachos brutais do regime político. O atual governante é um exemplo claro dessa situação, porque nunca teve uma consciência real do que significa ser explorado, como a classe operária, as mulheres, as minorias sexuais e as maiorias oprimidas num país de capitalismo atrasado

como o Chile, e, portanto, uma semicolônia do imperialismo n o r t e - a m e r i c a n o . Especificamente, do capital financeiro parasitário, que hoje também é composto pela China estalinista. Os proprietários deste capital são empresas privadas ou instituições não governamentais, que o Estado não tem capacidade

para regular ou fiscalizar. Isso permite evasão, fraude e chantagem sobre as autoridades no poder.

Todas as políticas, forjadas em leis em primeira instância pelos governos e aprovadas e sancionadas nas câmaras de deputados e senadores, fortalecem o poder da burguesia no Estado em absoluta decadência e corrupção.

No final de março deste ano, o presidente Gabriel Boric comunicou ao País por rádio e televisão uma nova instituição administrativa, designada “como o novo Ministério da Segurança Pública”. Um projeto, iniciado em janeiro e promulgado como lei, foi aprovado no final de março, e será aplicado como lei da República em 1º de abril. Será a primeira vez na história do Chile a existência de um Ministério da Segurança, para o qual foi transferido o Subsecretário do Interior em exercício.

Diante deste jogo presidencial, o deputado da UDI, Jorge Alessandri, aproveitou a oportunidade para cutucar que na implementação da nova pasta “não se pode improvisar”.

Tanto o governo quanto a oposição, cada um em

seus campos, devem se apoiar em pessoas de sua confiança e mais próximas. Carolina Tohá, ao deixar a Subsecretaria de Segurança Pública, para iniciar sua carreira para a presidência, cuja eleição será no mês de novembro, se permite deixar naquele que foi seu posto um companheiro de estrada fiel e servil: Rafael Collado, que atuava como chefe jurídico do Ministério do Interior, quando Carolina Tohá era chefe desta pasta.

A oposição e o governo mantêm uma concorrência brutal contra a classe operária e os trabalhadores. Os artesãos, ajustados aos métodos atrasados de produção pré-capitalista, são atingidos por leis cada vez mais duras e repressivas. Aos que têm a audácia

de defender suas fontes de trabalho para sobreviver em um ambiente de extrema crueldade, é negado até o direito de lutar pelo sustento diário dos mais miseráveis do país.

Até a Anistia Internacional está preocupada com o rumo repressivo do governo Boric, devido ao uso de tasers. Pede

avanços na reforma dos carabineiros, pelo rumo repressivo do mal chamado “governo do povo” e pelos delitos de lesa humanidade do governo Piñera.

Seguindo seu roteiro eleitoral, expressão da política burguesa, nada mais faz do que proselitismo, desfechando ataques que afetam as esferas nacional e internacional, como as declarações destemperadas entre o Chile e o governo venezuelano de Maduro, tendo no meio, a morte no Chile, do opositor do governo caribenho, assassinado por criminosos comuns, o ex-tenente Ojeda.

De acordo com a pesquisa Pulso Cidadão, referindo-se aos candidatos Kast e Tohá, que estão concorrendo à presidência, a maioria dos entrevistados nunca votaria neles. Além disso, a pesquisa mostra que o Kaiser fascista caiu de 13% para 10%, mesmo assim sendo um dos mais votados, ficando atrás de Evelyn Matthei entre os candidatos de ultradireita. A debilidade política pode ser vista nas fileiras do governo, pois o PCC, estalinista histórico, convidou ao estalinista do PCAP, Eduardo Artés, para participar das primárias do conglomerado FA-





PCCH, e este rejeitou a proposta, devido a que esses estalinistas se colocam como internacionalistas, não do proletariado, mas da burocracia chinesas, cubana e norte-coreana com as propostas da Frente Populista, ou seja, do socialismo nacional chauvinista.

O que acontece na política burguesa é diametralmente oposto ao que acontece do lado dos oprimidos. Ambos os setores estão em confronto, com interesses diferentes e opostos, ao que chamamos de luta de classes. No setor dos opressores, os políticos burgueses estão unificados para oprimir os setores que se levantam contra o regime político vigente, ativando os mecanismos institucionais estabelecidos na ditadura militar para criar novas instituições e leis, consolidando as pressões contra o povo que se mobiliza para lutar por as suas necessidades, na paz das classes dominantes, baseada na propriedade privada dos meios de produção e na superexploração dos recursos naturais que são respeitados pela maioria dos oprimidos do país. Assim como a pesca artesanal, que a reforma da lei de pesca sancionada no governo de Sebastián Piñera, cujo fracionamento permite que quase toda a pesca seja industrializada através dos navios pesqueiros da CERCO e ARRASTRE. Estas empresas destruíram mais de 15 espécies e outras mais à beira da extinção, tais como: a serra, o carapau, a pescada comum e a lula gigante, conhecida pelos pescadores como jibia. Este fato arbitrário deixa os pescadores artesanais na mais absoluta miséria, mas, neste conflito, levantaram a consigna: “Antes de morreremos de fome, preferimos morrer lutando nas ruas.” Empregando como método de luta a ocupação de seus barcos com mulheres e crianças, para bloquearem a entrada de navios na baía.

O governo usa a Marinha para realizar a repressão, protegido pela recente lei criada para reprimir o protesto dos miseráveis, atingidos pelo semicolonialismo neste país de capitalismo atrasado. Um dos pontos dessa lei estabelece que o “Sistema de Segurança Pública: Será composto por funcionários dos Carabineiros do Chile, da Polícia de Investigações, da Gendarmaria, da Agência Nacional de Inteligência, entre outras instituições, garantindo que o Estado cumpra a ordem pública”.

As outras instituições são a Marinha, o Exército e a Força Aérea. Neste caso, a repressão foi realizada pela Marinha do Chile, conforme descrito na carta pública dos trabalhadores portuários que se solidarizaram com os pescadores. Argumentam que a Marinha nunca disparou contra navios de guerra argentinos, nem contra navios pesqueiros chineses que pescam em águas nacionais, mas não hesitam em atirar em mulheres e crianças que estavam a bordo de barcos de pescadores. As manifestações dos barcos de pesca estão ocorrendo em todo o país, com graves feridos e prisões, repressão defendida pelo próprio presidente da República, em emissoras de televisão e rádio. Boric garantiu que coloca à disposição da repressão toda a força necessária para abafar as denúncias dos manifestantes, em constante luta contra o Estado corrupto e protetor do grande capital financeiro,

que massacra e subjuga nosso povo que luta para melhorar as condições de vida esmagadas em benefício da brutalidade, que o capitalismo impõe.

Neste governo, a vida de toda a nação oprimida piorou, com leis que excedem em muito as da ditadura militar e os governos da antiga concertação. Neste último ano de governo, Boric continuará a governar com as forças policiais e militares, com abusos cada vez mais brutais, tendo o apoio indiscutível do imperialismo e da burguesia nacional parasitária, que fortalece a criminalidade dos poderosos e a roubalheira dos funcionários públicos: funcionários do governo, carabineiros, justiça, forças armadas e policiais civis, roubos e pequenos delitos como a condução de veículos em estado de intemperança de deputados etc., corrupção total.

Marinha do Chile justifica repressão contra pescadores artesanais em Valparaíso: “Fomos atacados”

O Governador Marítimo defende o uso de balas. “Os barcos foram colocados numa situação adversa, arriscando a sua vida e a nossa”, “fomos atacados com pedras, benzina, acelerador, bombas de tinta e também colidindo com barcos da Marinha.”

O delegado presidencial da região de Valparaíso disse à imprensa que a polícia marítima informou que agiu em legítima defesa com armas de ar comprimido. Para eles, sequer eram armas que lançam balas. Para o Sr. Martínez não são letais, mas nós fazemos as seguintes perguntas: se são disparados cartuchos de 15 quilos cada, e uma capacidade de 30 tiros no total com balas de borracha, com ar dentro, não causam danos em quem é atingido? Se a própria Marinha garante que as pessoas que receberam o impacto caíram no chão com um golpe feroz, já que se trata de dividir o total de 30 quilos por trinta tiros, cada projétil pesando um quilo, lançado com ar comprimido, isso causará danos ou não? Além disso, como um barco de pesca se chocará contra uma lancha patrulheira blindada, equipada com dois motores Mercury de 225 hp cada, que têm uma velocidade de cruzeiro de 35 nós, equivalente a 70 quilômetros por hora? Como um barco de plástico poderia prejudicar um navio de guerra?

É evidente que a pequena burguesia no governo, nem ninguém do estalinismo, será capaz de resolver os problemas dos oprimidos. Toda exploração, opressão e miséria são uma parte indissolúvel do atraso capitalista, da miséria e da fome só podem ser resolvidos pela revolução social.

Os partidos operários nacionais têm se organizar no Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, CERQUI. Somente o Partido Mundial da Revolução Socialista pode tirar os países do colonialismo através da revolução proletária nos países e no mundo. Esse é o programa de emancipação da classe operária internacional. Em defesa da revolução e ditadura do proletários. VIVA A LUTA DO PROLETARIADO EM TODO O MUNDO!

31 de março de 2025



## A queda do regime de Assad na Síria agrava a guerra no Oriente Médio

### Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

No domingo, 8 de dezembro, o regime na Síria caiu, após 53 anos de dominação. Bashar al-Assad fugiu para a Rússia. As forças armadas desmoralizadas ofereceram pouca resistência. Foi uma tomada quase pacífica do governo. O regime tinha 200.000 militares que estavam em guerra há 10 anos, enquanto os insurgentes podiam chegar a cerca de 20.000. A queda de Bashar al-Assad, nessas condições, indica que seu governo estava totalmente decomposto e desmoralizado.

A Síria desempenha um papel muito importante no Oriente Médio. Esteve governada pela minoria alauíta com apoio xiita, cristão e druso desde o golpe de Estado em 1970, em um país de maioria sunita (70%). Foi caracterizado como um governo fortemente repressivo que derrotou grupos insurgentes na guerra civil que começou em 2011 (Primavera Árabe). Estima-se que mais de 500.000 sírios morreram e mais de 5 milhões migraram principalmente para a Turquia (3,6 milhões) e Líbano (1 milhão). Milhares estavam nos cárceres, muitos por várias décadas. Um regime apoiado sobre temíveis organismos de segurança interna, que torturou e foi denunciado por usar armas químicas contra sua população.

A Rússia e o Irã, que eram os sustentáculos fundamentais do regime, enfraqueceram seu apoio, provavelmente por causa de outras prioridades militares. O Hezbollah teve uma forte presença na Síria no passado. Teve apenas um confronto com o HTS (Hayat Tahrir al Sham – Movimento para a Libertação do Levante) no dia seguinte à intervenção insurgente em Aleppo e se retiraram. A Rússia tem um porto em Tartus que lhe permite acessar o Mediterrâneo, onde tem parte de sua marinha e uma base aérea em Khmeimim.

O ataque da oposição durou menos de duas semanas. Primeiro, dominaram Aleppo, a maior cidade, depois, Hama e Homs, seguindo em direção a Damasco. O líder da frente HTS é Abu Muhammad al-Jolani. É oriundo de uma fortaleza que eles conseguiram manter em Idlib, onde aplicaram suas concepções islâmicas sunitas. Fizeram parte da Al Qaeda até 2016. Uma de suas primeiras medidas foi abrir as prisões. Anunciaram que pretendem um governo de unidade nacional, respeitando todas as etnias, todas as religiões. E não avançaram sobre a área costeira de presença alauíta. Conclamaram a preservação dos ativos do Estado e instruíram Mohammad al-Bashir para organizar a transição e transferência de poder.

Biden saudou a queda de Assad como “um ato fundamental de justiça” e chamou o HTS como “rebeldes contra o regime” e, imediatamente após a queda do Assad, defendeu “que eles deveriam impedir o ressurgimento do Estado Islâmico”, conseqüentemente, os Estados Unidos bombardearam 75 alvos no centro da Síria, contra suas bases, seus líderes e arsenais, desde poucos dias antes da queda do governo. Os EUA mantêm

bases militares, uma no norte, em território curdo, protegendo seus interesses de petróleo e gás, e outra guarnição no sul. Os EUA mantêm sua qualificação de grupos terroristas, embora tenham apoiado o levante insurgente contra Assad até 2020. Nunca deixou de intervir na Síria.

Israel se fortalece porque corta o fornecimento de armas, munições e alimentos para o Hezbollah, tanto na Síria quanto no Líbano, e enfraquece o Irã. No dia seguinte ao “cessar-fogo” com o Líbano, bombardeou as passagens entre a Síria e o Líbano. Depois da guerra em 1973, não fazia mais incursões em território sírio e novamente o está fazendo nos dias de hoje, violando o acordo de 1974 sobre a desmilitarização da área. Deslocou unidades militares com veículos blindados e infantaria para além das Colinas de Golã, penetrando no território para estabelecer “uma zona segura”, bombardeando arsenais militares que não querem que caiam nas mãos do HTS. Aviões de combate atacaram o aeroporto de Mezzeh, uma base aérea no sul, o quartel da Quarta Divisão e da Guarda Republicana no Monte Qasiun, bem como regimentos e brigadas do exército com depósitos de armas e munições. Áreas nas províncias do sul de Daara e Sweida foram bombardeadas. Mais de 300 ataques aéreos foram registrados. Em seguida, invadiu mais áreas no sul da Síria, uma situação que agrava a crise. As Forças de Defesa de Israel abriram fogo com artilharia “para evitar que elementos hostis se aproximem da fronteira”. Israel informou que destruiu toda a frota marítima na baía de Minet al Beida e no porto de Latakia. A queda de Assad foi a oportunidade de estender sua política genocida de esmagar os palestinos e contra a resistência do Hezbollah.

A Turquia aparece abertamente envolvida no financiamento e armamento do HTS, assim como o Qatar. A Turquia interveio desde o início da guerra civil, cruzando a fronteira para atacar os curdos das Forças Democráticas da Síria. Os curdos têm se expandido na região e a Turquia quer impedir que se fortaleçam. Esse é um importante ponto de conflito com os Estados Unidos. O governo turco se oferece para reconstruir a Síria e apoia a hipócrita “transição pacífica”. Pretende que milhões de sírios que migraram e são um fator de crise no seu país retornem, o que já começou a acontecer. Agora, terá melhores condições para reprimir e perseguir o povo curdo.

Uma questão a levar em conta nestes conflitos é a disputa com a OTAN sobre a rota de gás do Oriente Médio para a Europa através da Síria com gasodutos. A Síria é essencialmente um país de trânsito. O projeto do Qatar de levar seu gás natural liquefeito para a Turquia via Síria, Jordânia e Arábia Saudita foi rejeitado pela Síria. O Irã tinha um projeto semelhante, mas deixando a Turquia e o Qatar fora do negócio.

Há informação de que antes do início do ataque a

Aleppo houve uma reunião de oficiais de inteligência da Turquia, Qatar, Emirados, Arábia Saudita e Estados Unidos, realizada no sul da Turquia no Centro de Comando HTS, onde concordaram com os limites de sua operação e o informaram que a Rússia não protegeria Assad.

Agrava-se o processo de balcanização da Síria, de fragmentação e de desintegração. As intervenções militares dos EUA e de Israel estão destruindo ainda mais o país, já destruíram boa parte de sua capacidade militar e disputam agora para assumir o controle e limitar ao máximo o poder do HTS, impedindo seu rearmamento e potenciação. O HTS, que liderou o confronto e formou um governo, não será capaz de garantir a paz num cenário de intensificação da intervenção imperialista na região e da ofensiva anexionista do Estado sionista de Israel. Tampouco conseguirá a unidade nacional que anunciou, e nem ocupar todo o território. A autodeterminação da Síria depende de acabar com a opressão das múltiplas nacionalidades, constituindo um Estado Federativo Socialista. Esse objetivo se estende a toda a região do Oriente Médio, como tem evidenciado a guerra de Israel na Faixa de Gaza e no Líbano. Concretamente, se trata de organizar um movimento revolucionário para derrotar e expulsar o imperialismo norte-americano e aliados. É imperativo constituir uma frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado. Somente a revolução social pode romper a cadeia de opressão do capital imperialista e conquistar o direito à autoterminação das nações oprimidas.

A guerra iniciada em outubro de 2023 de Israel contra o povo palestino expôs as profundas contradições que vêm abalando o Oriente Médio nos marcos da decomposição do capitalismo mundial. Eis por que não haverá pacificação na Síria com a queda da ditadura de Bashar. Haja vista os ataques de Israel e dos Estados Unidos, para detruírem qualquer capacidade de resistência síria às metas anexionistas que estão na base das guerras em curso. A emancipação de todos os povos oprimidos da Síria e de toda a região só será alcançada com a criação de uma República Socialista do Oriente Médio, que garanta a autodeterminação de cada nacionalidade, expulsando o imperialismo, recuperando todos os recursos. O caminho para a revolução social está aberto, mas depende da construção das direções revolucionárias do proletariado.

Estamos vivendo uma etapa de profundas convulsões em todo o mundo como resultado da acelerada decomposição capitalista que abriga



em suas entranhas as tendências bélicas, as crises políticas e o agravamento da luta de classes. Nas últimas semanas, destacam-se o fracasso da tentativa de autogolpe de Estado na Coreia do Sul; a falácia do acordo de cessar-fogo entre Israel e o Líbano; o agravamento dos conflitos na Geórgia; a queda do primeiro-ministro da França; as greves na Alemanha e a possível queda do primeiro-ministro do governo Scholz; a intensificação da guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Acontecimentos que revelam o esgotamento da ordem internacional acordada após a Segunda Guerra Mundial e a luta para impor uma nova ordem.

O fator que se distinguiu no último período é a crescente necessidade e disposição de luta das massas, e entre elas a do proletariado fabril. Isso foi observado em várias manifestações na Europa, Ásia e até nos Estados Unidos. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional mostrou que o programa da revolução social emerge objetivamente das tendências desintegradoras do capitalismo. Trata-se da vanguarda com consciência de classe encarná-la e traduzi-la no interior das lutas, vinculando as reivindicações mais elementares à estratégia da revolução socialista.

- **Que o povo sírio e as demais nacionalidades decidam sobre o novo governo!**
- **Organizar uma frente única anti-imperialista pela autodeterminação da Síria!**
- **Expulsar todas as forças econômicas, políticas e militares que exercem a opressão nacional!**
- **Unir as massas exploradas da Síria com a de todos os países do Oriente Médio!**
- **Pelo fim imediato da guerra na Faixa de Gaza e no Líbano, com a retirada das forças de ocupação israelense!**
- **Impulsionar a luta unitária das nações oprimidas contra a dominação imperialista, sob o programa da revolução social e da estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!**

10 de dezembro de 2024



## O novo governo sírio começa a ser reconhecido pelo imperialismo que lhe impõe suas condições

### Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

1. Em 8 de dezembro, o regime de Bashar al Assad na Síria caiu. Os EUA e Israel aproveitaram a oportunidade para atacar com força e destruir grande parte de sua capacidade militar. A Turquia apoiou abertamente o HTS, que assumiu o governo e redobrou seus ataques contra os curdos. Os países árabes e o estado sionista de Israel que se opõem ao Irã estão comemorando sua queda. O novo governo já se mostrou incapaz de levantar o povo sírio pela sua independência e soberania nacional.
2. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Europeia montaram um cerco para comprometer o governo de Abu Mohammed al-Jolani, líder do HTS, com os objetivos estratégicos do imperialismo para o Oriente Médio. Os ministros das Relações Exteriores da França e da Alemanha já visitaram a Síria e o entrevistaram. Um enviado especial da ONU também viajou. Delegações do Reino Unido e dos Estados Unidos estabeleceram contatos diplomáticos com o HTS. Biden saudou a queda de Assad, alegando “que deveriam impedir o ressurgimento do Estado Islâmico”. Os EUA apoiaram o levante insurgente contra Assad até 2020 e nunca pararam de intervir na Síria. A política da União Europeia é aproximar-se do “governo de transição”. Uma delegação do governo sírio viajou para a Arábia Saudita. A Turquia reabriu sua embaixada e oferece ajuda econômica e militar.
3. É um governo que nasceu dependente de forças externas. Isso mostra a falta de sua própria capacidade de reorganizar o país em novas bases econômicas e políticas decididas, apoiadas e defendidas pelas massas sírias. O líder da frente HTS (Hayat Tahrir al Sham – Movimento para a Libertação do Levante) é al-Jolani, que vem de um bastião que conseguiram manter em Idlib. Faziam parte da Al Qaeda até 2016, quando romperam com a organização.
4. O imperialismo celebra a queda de al-Assad, mas não confia totalmente nos vencedores que descrevia até ontem como terroristas e que procuram condicionar. Os chanceleres europeus declararam expressamente que não financiarão uma nova estrutura islâmica e “exigirão que as minorias sejam respeitadas”. O chanceler francês se reuniu com os curdos, que vê como particularmente ameaçados. O imperialismo está preocupado com o avanço das milícias turcas contra as FDS (Forças Democráticas Sírias) que se multiplicaram desde 2016. A Turquia acusa o principal componente das FDS de serem as Unidades de Proteção Popular (YPG), filiadas ao PKK e “são terroristas”, e exige que deponham as armas.
5. Nas últimas semanas, o SNA (Exército Nacional Sírio), apoiado pela Turquia, avançou sobre a cidade de Manbij, controlada pelos curdos, em Aleppo. O exército dos EUA estaria protegendo a população curda com sua base militar na região mas, principalmente, seus próprios interesses petrolíferos. No passado, as FDS curdas, apoiadas pelos EUA, derrotaram o Estado Islâmico. Agora aparece como um dos conflitos militares que mais se potencia.
6. O governo de Bashar al-Assad era um governo repressivo sanguinário que derrotou grupos insurgentes na guerra civil que começou em 2011 (Primavera Árabe). A família Assad governou o país por mais de meio século, oprimindo as massas sírias e as nacionalidades que compõem o território. Hoje seus seguidores estão sendo perseguidos e reprimidos e ao mesmo tempo estão organizando resistência ao novo governo, sem acreditar nas promessas de pacificação e unidade nacional, não haverá “transição pacífica”.
7. A sobrevivência do governo de Bashar Assad dependeu do apoio da Rússia e do Irã. Embora expressassem as contradições e conflitos com os Estados Unidos e aliados, limitaram-se à defesa de seus próprios interesses nacionais. Nas novas condições da crise mundial, marcada pela guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza e Líbano, ficaram expostas a decomposição e impotência do governo de Bashar Assad, bem como a impossibilidade da Rússia e Irã de reagirem à sublevação da oposição jihadista. A Rússia procura, agora, negociar com o novo governo os mesmos interesses econômicos e comerciais que foram garantidos em troca do apoio nos anos de confrontação com a jihad islâmica. O Irã, por sua vez, se viu obrigado a recuar, uma vez que se encontra enfraquecido pela ofensiva militar de Israel e Estados Unidos, apoiados pela conivência dos países árabes, como a Arábia Saudita, Jordânia, Catar, Emirados Árabes, Jordânia e Egito. Assim, se abriu caminho para o avanço do domínio dos Estados Unidos sobre a Síria. O que vai depender, certamente, da luta revolucionária, anticapitalista e anti-imperialista, das massas árabes e persas.
8. A Síria vive uma tragédia. Os 13 anos de guerra civil internacionalizada deixaram cerca de 600.000 mortos, 6,8 milhões de refugiados, 13 milhões de deslocados e 90% da população jogada no precipício da miséria. A queda de Assad reabre a guerra civil internacionalizada pelo controle do país em outras proporções. Nessas condições, o novo governo não será capaz de garantir a paz enquanto se intensificam a intervenção imperialista na região e a ofensiva anexionista do Estado sionista de Israel.
9. Se agrava o processo de balcanização, fragmentação e desintegração da Síria. As intervenções militares dos EUA e de Israel estão destruindo ainda mais o país. Já destruíram boa

- parte de sua capacidade militar ao lutar para assumir o controle dele e limitar ao máximo o poder do HTS, impedindo seu rearmamento e fortalecimento.
10. É preciso lembrar que a Síria desempenhou um papel muito importante no Oriente Médio no século passado, que foi um forte ponto de referência na resistência ao colonialismo, de rejeição à criação do Estado de Israel, que rejeitou as intervenções militares americanas e promoveu a unidade das nações árabes. A Síria facilitou a intervenção do Hezbollah no Líbano. Por essas razões, foi economicamente sancionada pelo imperialismo.
  11. Nesse reconhecimento da tragédia síria, não devemos perder de vista o caráter capitalista e de classe do Estado e sua expressão governamental encarnada pela dinastia Assad. A Síria sofreu com as condições econômicas ditadas pelas potências imperialistas, começando com a ocupação francesa em 1920. A rebelião síria contra a opressão nacional, em meados dessa década, embora esmagada pela França, foi a base do movimento nacionalista que em 1958 levantaria a bandeira da unificação territorial constituindo uma "República Árabe Unida". Com a ideia de que uma Síria e um Egito unificados estariam em melhor posição para garantir a independência das forças do imperialismo. Embora a experiência tenha sido breve, apenas 3 anos, eles plantaram a bandeira da necessidade de uma "Federação das Repúblicas Árabes". Foi nesse quadro que a Síria lutou pela reunificação com o Líbano, entrando em confronto com a oposição francesa.
  12. A trajetória política da Síria, desde a Primeira Guerra Mundial, com o acordo de partilha Sykes-Picot de 1916 - devido ao colapso do Império Otomano - tem sido buscar a unificação como forma de enfrentar a nova dominação encarnada pela Inglaterra e pela França.
  13. No final da Segunda Guerra Mundial, com a nova divisão, a Síria, que proclamou sua independência em 1941, se opôs categoricamente à decisão da ONU de estabelecer o Estado sionista de Israel na Palestina. Essa determinação colocou a Síria em uma posição destacada na resistência nacionalista à ofensiva dos EUA no Oriente Médio.
  14. A criação do Partido Socialista Árabe Baath em 1947 foi importante. O general Rafez al-Assad começou a dirigi-lo depois de assumir o poder no final dos anos 1970. Ele manteve a linha nacionalista de unificação dos países árabes.
  15. A guerra entre o Iraque e o Irã em 1980 socavou as tendências unificadoras, que já haviam sido enfraquecidas pelo fracasso do nacionalismo assumido pelo Egito, sob a liderança de Gamal Abdel Nasser. Em sua base está a crescente divergência em torno ao domínio de Israel sobre a Palestina e a crescente influência dos EUA sobre os estados e governos árabes, dada a crescente importância estratégica da economia do petróleo e da rota comercial marítima. Os confrontos da Síria com Israel em solo libanês aumentaram.
  16. Quando Bashar al-Assad assumiu o lugar de seu pai no governo em junho de 2000, a situação no Oriente Médio era explosiva. A Síria se recusou a participar dos acordos de Oslo de 1993, opondo-se assim à OLP, e condenou a criação da Autoridade Palestina em 1994. O conflito da Síria com Israel assumiu uma proporção importante com a guerra de 1967 e a anexação das Colinas de Golã por Israel em 1981.
  17. A invasão do Iraque pelos EUA em abril de 2003 foi rejeitada pela Síria. Os Estados Unidos impuseram sanções econômicas a ele. Em 2011, a chamada "Primavera Árabe" abalou vários governos no norte da África e no Oriente Médio. Nas condições da guerra que arruinou o Iraque e dos movimentos para desafiar as ditaduras, antagonismos nacionais e religiosos eclodiram.
  18. A projeção do movimento nacionalista-religioso do Estado Islâmico, cuja organização foi impulsionada pela intervenção dos EUA no Iraque, refletiu-se amplamente no processo de crise econômica e política na Síria.
  19. A guerra civil que começou em 2011 expôs várias facções ligadas ou não à jihad islâmica. Se desencadeou a campanha global do imperialismo dos EUA e seus aliados contra o que eles descreveram como organizações terroristas. Não foi exatamente uma guerra civil, uma vez que forças exteriores à Síria já estavam presentes. Houve até uma grotesca aliança entre a Rússia, os Estados Unidos e a Turquia contra o Estado Islâmico e a Al-Qaeda. O esmagamento da jihad no Iraque e na Síria permitiu um acordo de cessar-fogo provisório. O governo de Assad, no entanto, tornou-se refém do apoio da Rússia, enquanto a Turquia, o Catar e os Estados Unidos apoiaram facções organizadas que acabariam derrubando o governo em 8 de dezembro de 2024.
  20. O ataque da Organização do Levante para a Libertação da Síria (Hayat Tahir al-Sham/HTS) ocorreu no âmbito da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza e no Líbano. Os ataques de Israel ao território sírio evidenciaram a impotência do governo Assad. Assim, a Turquia e seus aliados neste objetivo prepararam o terreno para sua derrubada. Neste contexto, a Rússia, o Irã e o povo palestino são os grandes perdedores.
  21. A autodeterminação da Síria depende do fim da opressão de múltiplas nacionalidades, constituindo um Estado Federativo Socialista. Esse objetivo se estende a toda a região do Oriente Médio, como mostrou a guerra de Israel na Faixa de Gaza e no Líbano. Concretamente, trata-se de organizar um movimento revolucionário para derrotar e expulsar o imperialismo norte-americano e aliados.
  22. É imperativo construir uma frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado. Somente a revolução social pode quebrar a cadeia de opressão do capital imperialista e conquistar o direito à auto-exterminação das nações oprimidas.
  23. A guerra de Israel lançada em outubro de 2023 contra o povo palestino expôs as profundas



contradições que vêm abalando o Oriente Médio no marco da decomposição do capitalismo mundial. É por isso que não haverá pacificação na Síria com a queda da ditadura de Bashar al Assad. Estão à vista de todos os ataques de Israel e dos Estados Unidos para destruir qualquer capacidade de resistência síria aos objetivos anexionistas que estão na base das guerras em curso.

24. A emancipação de todos os povos oprimidos da Síria e de toda a região só será alcançada com a criação de uma República Socialista do Oriente Médio que garanta a autodeterminação de todas as nacionalidades, expulsando o imperialismo, recuperando todos os recursos.
25. O caminho para a revolução social está aberto, depende da construção da direção revolucionária do proletariado.
26. Estamos vivendo uma etapa de profundas convulsões em todo o mundo como resultado da acelerada decomposição capitalista que abriga em suas entranhas as tendências bélicas, as crises políticas e o agravamento da luta de classes. Acontecimentos que revelam o esgotamento da ordem internacional pactuada após a Segunda Guerra Mundial e a luta para impor uma nova ordem. É cada vez mais evidente que os EUA

estão progredindo nos preparativos para sua guerra contra a China.

27. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional mostrou que o programa da revolução social emerge objetivamente das tendências desintegradoras do capitalismo. Trata-se da vanguarda consciente de incorporá-la e traduzi-la para o interior das lutas, ligando as reivindicações mais elementares à estratégia da revolução socialista.

- **Organizar a frente única anti-imperialista pela autodeterminação da Síria!**
- **Expulsar todas as forças econômicas, políticas e militares que exercem opressão nacional!**
- **Unir as massas exploradas da Síria com as de todos os países do Oriente Médio!**
- **Pelo fim imediato da guerra na Faixa de Gaza e no Líbano, com a retirada das forças de ocupação israelenses!**
- **Promover a luta unificada das nações oprimidas contra a dominação imperialista, sob o programa da revolução social e a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!**

9 de janeiro de 2025

35 anos construindo o partido-programa



**POR**  
PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO

# SOCIALISMO OU BARBÁRIE



*“A decisão de publicar este livro se deve a necessidades programáticas. As análises e respostas estratégicas aos grande problemas da luta de classes nacional e internacional fundamentam, comprovam e enriquecem o programa da revolução proletária.  
(...) O vasto trabalho de formulação materializada nesta edição é fruto da militância e da elaboração coletivas. Está aí por que não nos preocupamos em indicar os autores.”*



## Síria: Brutal repressão do “governo de transição”

### Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

A situação repressiva deu outro salto macabramente qualitativo diante do levante de 6 de março. O mais grave desde a queda do governo de Bashar al Assad. O país continua atolado na violência, destacando as profundas divisões que persistem em meio a uma guerra civil internacionalizada, com a presença militar de forças de vários países em seu território. Grupos armados do governo lançaram uma operação de extermínio que teve como alvo milhares de civis pertencentes a minorias religiosas, principalmente alauítas.

Em 4 de março, as forças de segurança informaram que dois membros do Ministério da Defesa foram mortos em uma emboscada no bairro de Datur, em Latakia. No dia seguinte, o governo respondeu atirando indiscriminadamente no mesmo setor, matando quatro civis. Mesquitas em Damasco começaram a convocar a jihad contra os alauítas.

No dia 6, um jovem de 20 anos foi preso em Daliyah, província de Tartus, para interrogatório. Líderes locais tentaram mediar a prisão e foram rejeitados. O comboio que o levava à força foi atacado de surpresa, deixando 13 mortos. O governo de Damasco decidiu responder com ataques aéreos e de artilharia em várias aldeias alauítas. Em Jableh, Tartus, os manifestantes começaram a se reunir para protestar contra a agressão sistemática. Agentes do governo e reforços do Exército Nacional Sírio, pró-turco, também foram enviados para a área e começaram a disparar contra as reuniões.

Nesse contexto, o levante armado começou. Novas extensas e intensas emboscadas aumentaram as baixas do governo. O grupo chamado Brigada do Escudo Costeiro emitiu um comunicado assinado pelo ex-general de brigada Ghiath Suleiman Dalla, líder de uma brigada do exército, sob o comando de Maher al-Assad, anunciando a formação de um Conselho Militar para a Libertação da Síria. A Brigada conseguiu tomar vários postos de controle, o quartel-general do Comando Naval, a base aérea de Istamo, a Academia Naval, aproximando-se do porto e a Academia Militar, todos em Latakia. Ocuparam as baterias de artilharia do Monte Yunus, o ponto mais alto da costa.

Outras facções, noutros pontos do país, aproveitaram esses movimentos da *Organização pela Libertação do Levante (HTS)*: a resistência islâmica no sul do país realizava suas próprias ações militares, dedicou-se a atacar a ocupação israelense. Os curdos das Forças Democráticas Sírias (FDS), em Aleppo, aproveitaram o deslocamento para a costa para atacar e avançar nos bairros a leste da cidade. Confrontos esporádicos foram relatados em Hama e Homs. Em 7 de março, os soldados da Brigada do Escudo Costeiro se retiraram para o campo e as montanhas. Mas para a população civil, o inferno começou. O terreno foi preparado para os “soldados” da “nova Síria” desencadearem a carnificina.

Vídeos de ataques a casas de civis e repressão contra os alauítas foram gravados. Uma situação que

também se reproduz contra a minoria cristã, morta por pretender mediar ou apenas por viver em uma comunidade onde predominam os alauítas.

Entre 7 e 11 de março, os soldados do diretório de segurança do Ministério da Defesa e dos chamados voluntários, desencadearam toda a fúria e crueldade contra a população, contra mulheres, crianças, idosos e homens desarmados, fúria essa que não foi mostrada contra os soldados da Brigada do Escudo da Costa.

Jogaram bombas de barril desde helicópteros, lançando fogo cruzado contra residências em bairros alauítas em Latakia, Jableh e Tartus, espalhando-se para aldeias rurais. Dezenas de corpos empilhados na beira da estrada, em construções incompletas, em pomares e ruas. Habitações e comércios queimados. Execuções sumárias também abundaram após interrogatórios “teológicos”, que foram filmados. Bem como velhos espancados, obrigados a engatinhar enquanto imitavam cachorros, e, depois, executados. O ministro da Defesa teve de ordenar a cessação do registro audiovisual das execuções por medo de escândalo internacional.

As vítimas foram caracterizadas como “remanescentes do governo Assad” pela mídia e governos árabes e europeus como ameaças contra o novo governo. As repercussões internacionais da repressão levaram o Conselho de Segurança da ONU a exigir que o governo de Al-Jolani/Al-Sharaa formasse comissões de inquérito. Em 14 de março, a ONU condenou a matança. Essas comissões estão nas mãos de homens do regime. Um comitê para “manter a paz” foi constituído por três pessoas: um é Hassan Soufan, comandante da facção jihadista Ahrar al Sham, conhecida como “o Talibã sírio”, outro é Anas Airut, governador nomeado pelo “governo de transição” para a província de Tartus, que aparece em vídeos incentivando a luta contra todos os alauítas. Um segundo comitê foi constituído. Um “comitê nacional independente” para investigar a violência, no qual nenhum membro pertence a nenhuma das minorias religiosas. As comissões não vão investigar nada, são pura formalidade para agradar a ONU, que também não tem intenção de denunciar efetivamente o governo de transição.

A realidade é clara: com tratores e maquinário repressivo da *Organização pela Libertação do Levante* estava empilhando os corpos, jogando-os em sepulturas. Há alegações de que os Capacetes Brancos estavam coletando e escondendo cadáveres. Em Tartus foi possível ver como “plantavam” armas em áreas alauítas, para sustentar a versão de que se tratava de confrontos. Em 17 de março, a CNN publicou uma reportagem confirmando a perseguição e o massacre, localizando uma das valas comuns. Cerca de 9.000 pessoas, a maioria de mulheres e crianças, se refugiaram na base russa de Hmeimin.

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, com sede no Reino Unido, afirma que de 1º a 18 de



março, 2.237 pessoas foram assassinadas, podendo chegar a 4.000, entre executadas e massacradas. O próprio Observatório registrou mais de 1.300 mortes nos primeiros três dias em 56 massacres. As atrocidades na costa norte do país contra os alauítas forçaram centenas de famílias a fugir para o Líbano. Um sobrevivente disse à Euronews: "... começaram os assassinatos aleatórios, acompanhados pelo saque de restaurantes, lojas e casas de moradores. Qualquer um que tentasse se opor era morto no local, e a rua estava cheia de cadáveres. A visão dos cadáveres e o cheiro de sangue..."

O levante da Brigada de Proteção Costeira ocorreu no momento em que a Síria foi readmitida na Organização de Cooperação Islâmica e depois que a UE estava avançando na normalização diplomática e considerando o levantamento das sanções.

Os EUA cnicamente condenaram os eventos e pediram a proteção das minorias, excluindo cuidadosamente os xiitas no comunicado. O secretário de Estado, Marco Rubio, exigiu a "responsabilização dos autores desses massacres". "Os EUA estão com as minorias religiosas e étnicas da Síria, incluindo suas comunidades cristãs, drusas, alauítas e curdas."

Enquanto o sangue ainda não estava seco, o governo de Al Jolani assinou a nova constituição "provisória", que lhe dá um mandato de cinco anos. Enquanto o levante se alastrava na costa, as forças do governo e as milícias do Exército Nacional Sírio - guarda-chuvas das milícias turcas e turcomanas - se preparavam para uma ofensiva contra as *Forças Democráticas da Síria* em Aleppo, o que poderia ter sido outro episódio bélico catastrófico.

O governo de Al Sharaa admitiu que no levante de 6 a 7 de março as milícias alauítas mataram 400 deles, o número é certamente maior. Os setores que apoiavam Assad desacreditam, com razão, nas promessas de unidade e pacificação. Não há registros de detidos ou vítimas das Brigadas do Escudo Costeiro, num "movimento insurrecional que teve uma coordenação clara e sofisticada".

Estes acontecimentos mostram que Al Jolani precisa do reconhecimento internacional, por parte do capital árabe e, em particular, da UE; e também a notória vulnerabilidade militar, quando não se trata de pessoas desarmadas.

Antes que uma ofensiva completa contra os experientes grupos armados curdos em Aleppo fosse desencadeada, al-Jolani/al-Shara chegou a um acordo com o líder das *Forças Democráticas Sírias*, assinando um pacto de co-governabilidade. Possivelmente uma tentativa de reconciliação sob a tutela do Pentágono e da CIA.

Nos últimos dias, os confrontos continuaram entre clãs xiitas, não ligados ao Hezbollah, no Vale do Bekaa, do outro lado da fronteira, no Líbano, e elementos do Diretório de Defesa e Segurança do Ministério da Síria com vítimas do HTS, vítimas libanesas e mais de 50 feridos. A Síria bombardeou aldeias libanesas na fronteira depois que três sírios foram mortos na cidade libanesa do norte de Qasr, de acordo com os militares libaneses. O Ministério da Defesa da Síria acusou o Hezbollah de sequestrar três

soldados sírios em uma emboscada, dizendo que eles foram "levados para o território libanês e executados no local". Por sua vez, o Hezbollah nega ter realizado operações na Síria. A CNN relata que um cessar-fogo foi acordado.

A Turquia teve uma intervenção direta na derrubada de Assad, apoiando financeira e militarmente o HTS e colaborando ativamente com o governo. O ministro turco Fidan expressou seu "compromisso com a luta contra o terrorismo", anunciou que durante a cúpula na Jordânia eles decidiram estabelecer um centro conjunto de operações e inteligência destinado a combater o ISIS e que equipes técnicas já estão trabalhando em sua implementação. "Cada nação compartilhará suas informações de inteligência e agirá coletivamente para eliminar as ameaças representadas pelo Estado Islâmico", enfatizando que operações coordenadas serão realizadas. Diz que os países envolvidos neste compromisso compartilham fronteira com a Síria, por isso é a chave para "garantir a soberania e a integridade territorial" da Síria. Quanta hipocrisia daqueles que apoiaram o golpe e armaram o governo da HTS.

Fidan também alerta sobre a situação no campo de Al-Hol, que abriga cerca de 40.000 pessoas. Diz que o Iraque e a Síria mostraram uma forte determinação em repatriar seus cidadãos. Alertando que esse processo enfrentou obstáculos quando o campo estava sob o controle do "grupo terrorista" PKK / YPG / FDS.

"É necessário uma solução específica para aqueles que permanecem na prisão. Eles devem continuar detidos, e continuamos a trabalhar nessa direção", e Fidan continua: "O YPG deve ser dissolvido", acrescentando que o objetivo central de suas recentes visitas a Damasco foi a presença do YPG, sublinhando a preocupação turca com o grupo "que é uma parte inseparável do PKK, não há debate sobre isso", e enfatiza que a capacidade militar da organização representa uma prioridade para a Turquia. Ele argumentou que o grupo deveria ser dissolvido e ficar completamente sob o controle do governo central, sem acesso a armas estratégicas, mísseis ou sistemas de defesa aérea, que a integração desses grupos ao governo central contribuirá para a estabilidade do país. Claramente, a Turquia quer liderar o processo na Síria impondo suas condições.

O processo de desintegração da Síria não para, hoje nas mãos do HTS apoiado pela Turquia e pelas potências imperialistas e também abençoado pelo estado terrorista israelense, embora a Turquia denuncie suas intenções expansionistas e pretenda que a Síria recupere seu território. O novo governo não será capaz de garantir a paz num cenário de intensificação da intervenção imperialista na região diante da ofensiva expansionista de Israel.

A Síria vive uma tragédia que não tem fim. 12 anos de guerra civil. Centenas de milhares de mortos. Aproximadamente 13,4 milhões de sírios estão atualmente deslocados: 7,2 milhões internamente e outros 6,2 milhões fora do país. A falta de acesso a bens básicos, a destruição de infraestrutura, tornaram

a recuperação do país extremamente difícil, mais de 90% da população vive na pobreza.

Os anos de guerra civil internacionalizada e a sua retomada com a derrubada do governo al-Assad na forma de massacre dos aluítas evidencia que a autodeterminação da Síria depende de um poderoso movimento revolucionário anti-imperialista e anticapitalista. Por mais difícil que seja, a classe operária e a maioria oprimida dos países que constituem o Oriente Médio estão obrigadas a construir os partidos marxista-leninista-trotskista, voltados a reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

O programa da revolução social responde plenamente a luta das nações oprimidas por sua libertação da dominação imperialista, cujo ponto de partida se encontra no enfrentamento com os

Estados Unidos e as feudais-burguesias árabes que lhes sevem de base de apoio estratégico. As divisões entre as nacionalidades e os bárbaros choques como os da Síria são expressões do capitalismo em decomposição. O que ocorre no mesmo momento em que o Estado sionista de Israel, agora, dirigido por Trump, retoma o genocídio na Faixa de Gaza, avança sobre a Cisjordânia, rompe o cessar-fogo com o Líbano e prepara o caminho para uma possível guerra com o Irã, caso seu regime nacionalista não capitule e aceite as condições exigidas pelos Estados Unidos.

É nesse marco mais amplo que o CERQUI condena o massacre contra os aluítas, luta pela unidade da maioria oprimida contra os Estados opressores e o domínio do imperialismo e ergue a bandeira da autodeterminação das nações oprimidas.

---

## Processo de desintegração da Síria se agrava

### Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Quatro meses após o colapso do governo Assad e a chegada ao poder, sem qualquer resistência militar, do Hayat Tahrir al Sham (HTS), a situação está longe de se estabilizar para o novo regime. Conflitos que pareciam contidos por um breve período ressurgiram, prolongando uma crise que já devastou o país.

O HTS e as outras formações jihadistas seriam desmanteladas para serem assimiladas pelo novo Estado, sendo integradas ao Ministério da Defesa. Al Sharaa/Al Jolani, numa reunião com as comunidades drusas em dezembro, afirmou que, com essa medida, o novo governo busca afirmar e consolidar a unidade nacional, bem como dissipar quaisquer temores das diferentes minorias. Dizendo que “eles não eram mais os mesmos de antes”. Al Jolani quer mostrar que se distancia da própria Al Qaeda para reforçar uma imagem “nacional” e “moderada” do HTS e seus aliados.

É muito difícil para ele, pois a ocupação de Idlib representou sua forma de governo: uma ditadura fundamentalista e policial, na qual a guerra de facções foi resolvida por meio de desaparecimentos e prisões, até que o HTS alcançasse a hegemonia. **Essa é a estrutura que começou a substituir o regime anterior.** Al Jolani trouxe consigo seu elenco de Idlib, que começou a ser assimilado nas estruturas do novo Ministério da Defesa e diretorias de segurança. Setores fundamentalistas mais radicais do que o próprio Al Sharaa/Al Jolani são nomeados generais de brigada e coronéis.

As populações cristãs em Damasco e Homs sofreram desde o início provocações, despejos forçados, proibições de celebrar seus próprios rituais. O mesmo vale para a destruição de santuários e túmulos de figuras alauítas proeminentes, acompanhada de assassinatos, desaparecimentos e expulsões. **A atual repressão brutal** confirma quais são os métodos do regime: muito longe da democratização daqueles que celebraram a queda do ditador Al Assad.

**A Síria ainda está militarmente ocupada por potências imperialistas,** o controle dos EUA é acompanhado pelo controle israelense no sul, ambos destruíram grande parte de sua capacidade militar. A Síria permanece balcanizada e severamente sancionada, já que a Lei César de 2020 (Lei César dos EUA), que esmagou economicamente a Síria e o Líbano, permanece em vigor. O novo governo é incapaz de lutar pela soberania da Síria, pois nasceu dependendo de forças externas que querem ditar suas políticas.

O governo controlava essencialmente a área costeira montanhosa no noroeste do país (Latakia e Tartus) ao longo da linha norte-sul das principais cidades (Aleppo, Hama, Homs, Damasco e Daraa). O leste e o nordeste do país ainda estão sob o controle das Forças de Segurança Democráticas (SDF), uma facção político-militar curda que recebe apoio de Washington. As principais áreas agrícolas do vale do Eufrates e os campos de petróleo estão sob seu controle, em um “condomínio” com os EUA. No sul, que inclui as Colinas de Golã ocupadas na fronteira com Israel e Jordânia (Sueida e Daraa), residem os drusos, as áreas rurais tribais estão sob controle do governo.

O xeque Hikmat al-Hijri, a mais alta autoridade drusa, rejeitou a constituição provisória anunciada pelo governo, pedindo uma que reconheça a diversidade de religiões e etnias que habitam a Síria. Os drusos, ao contrário dos cristãos e alauítas, recusaram-se a entregar suas armas. Israel os “apóia” e afirma protegê-los, enquanto ocupa uma faixa territorial da Síria superior a Gaza e Líbano juntos.

Áreas desérticas no sudeste, como al Tanf, permanecem nas mãos dos EUA, junto com a base militar na fronteira com a Jordânia. A província de Idlib, no nordeste do país, na fronteira com a Turquia, caiu nas mãos do atual HTS em 2015. No âmbito do Processo de Astana de 2017, estava dentro da área de responsabilidade da Turquia. Esta área era

governada e controlada por Al Jolani/Al Sharaa, de onde ele lançou sua ofensiva para tomar Damasco.

### As FDS curdas e o PKK da Turquia juntam-se ao regime comandado pelo imperialismo

É neste contexto de crise e fragmentação que foi assinado o Acordo de 10 de Março com as FDS curdas, que entregarão os poços de petróleo e gás e se integrarão ao exército regular e às instituições sírias, garantindo sua participação política. O líder curdo do PKK preso na Turquia pediu a deposição das armas, como resultado da pressão dos EUA sobre o FDS, irmão do PKK. **A tutela do imperialismo sobre o novo regime e sobre as forças curdas é muito clara.**

Para o povo curdo, que vive em guerras e perseguições há décadas, o acordo foi celebrado como uma vitória. Advertimos que a presença dominante do imperialismo no país e na região não é garantia de paz, pelo contrário, as tendências bélicas se aprofundarão. O imperialismo e os Estados opressores da região nutrem as discórdias e jogam uma nacionalidade contras outras. A guerra civil que despedaçou a Síria e que continua a despedaçá-la evidencia o quão necessário é conquista de sua autodeterminação, que corresponde à total libertação do domínio dos Estados Unidos e de seus servís aliados.

### O avanço do Estado de Israel sobre a Síria

Após a queda de Assad, Israel assumiu o controle do Monte Hermon, uma área de 400 km<sup>2</sup> até então desmilitarizada, mas que estava sob controle sírio. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU),

essa nova ocupação viola acordos e leis internacionais. Este espaço recém-ocupado separa as Colinas de Golã, território sírio ocupado por Israel desde 1967, do resto do território do país árabe. As duas nações disputam o controle das Colinas de Golã, que Israel quer anexar definitivamente, contando com o apoio de Trump.

O ministro da Defesa de Tel Aviv, Israel Kartz, disse que o país permanecerá na “zona tampão” por tempo indeterminado. “Não permitiremos que as forças da organização HTS, ou o novo exército sírio, entrem na área ao sul de Damasco. Exigimos a desmilitarização completa do sul da Síria”, acrescentando que “ameaças à comunidade drusa no sul do país, considerada uma minoria étnica, não serão toleradas”. A cínica defesa da “comunidade drusa” serve ao propósito anexionista do Estado sionista.

As ações de Israel provocaram protestos no sul da Síria. A agência de notícias oficial relata que sindicatos e outros grupos civis rejeitam a interferência israelense nos assuntos internos do país. “Os manifestantes enfatizaram sua rejeição a projetos divisionistas e separatistas, pedindo que todas as atividades nacionais enfrentem o projeto israelense proposto.” Mas o novo governo não confrontou os invasores e mostra pouca vontade de responder aos recorrentes ataques israelenses em seu território. Apenas declarações e pronunciamentos. No passado, eles receberam apoio médico, logístico e de assistência no sul do país de Tel Aviv durante a guerra.

O ministro turco, Hakan Fidan, denunciou que



Israel mantém uma ocupação no sul da Síria há quase 50 anos e alertou que está tentando expandir seu controle na região. De acordo com Fidan, Tel Aviv procura justificar essa expansão apelando para a situação de comunidades como os yazidis e drusos, a fim de declarar uma zona desmilitarizada. Ele enfatizou a importância de levar essa questão a várias plataformas internacionais e rejeitar firmemente o expansionismo israelense. Fidan diz: “Na cúpula dos cinco países em Amã, bem como na Organização de Cooperação Islâmica (OIC) e na Liga Árabe, há uma clara rejeição ao expansionismo israelense”. Pediu à Síria que se concentre em expulsar Israel de seu território e administrar esse processo em cooperação com a comunidade internacional.

As Forças Armadas israelenses bombardearam o sul da Síria no final de fevereiro durante a Conferência de Diálogo Nacional da Síria, promovida pelo novo governo, que pediu a retirada das forças israelenses do país. Houve centenas de ataques que continuam. O mais recente na cidade de Koya, no oeste de Daraa, com vários civis mortos e feridos. De acordo com as Forças de Defesa de Israel (IDF), aviões bombardearam centros de comando e vários depósitos contendo armas, atacando a infraestrutura militar. Eles dizem que “a presença de forças, radares e equipamentos de vigilância usados em avaliações de inteligência aérea na parte sul da Síria representa uma ameaça para os cidadãos de Israel. As FDI continuarão a operar para remover qualquer ameaça aos cidadãos do Estado de Israel.”

Benjamin Netanyahu, que diz que os novos líderes da Síria são uma ameaça para Israel, hipocritamente prometeu “ajudar a proteger as minorias” na Síria. A declaração final da Conferência Síria condenou “a infiltração israelense em território sírio como uma violação flagrante da soberania do Estado sírio, exigindo sua retirada imediata e incondicional”. (Agência de notícias oficial síria, Sanaa). Ahmad al-Sharaa, no discurso de encerramento do evento, enfatizou que o país é “indivisível”. O documento final da Conferência pede à comunidade internacional que pressione o governo de Tel Aviv a parar as agressões em território sírio.

**A Turquia desempenhou um papel fundamental** na chegada ao poder do HTS e quer decidir sobre quais condições reconstruir a Síria, mostrando-se como o fiador do regime.

O ministro das Relações Exteriores da Turquia, Hakan Fidan, disse que “é necessário convencer o presidente dos EUA, Donald Trump, a retirar as tropas americanas da Síria”. (TRT Global) O ministro declarou que a permanência dessas tropas na Síria não é uma prioridade para Trump e denunciou que o grupo terrorista PKK está sendo legitimado por eles porque guarda prisões onde membros do ISIS estão detidos. O ministro enfatizou a necessidade de garantir os direitos negados aos curdos sírios sob o regime derrubado de Assad, incluindo cidadania e direitos culturais e políticos, com o objetivo de garantir a igualdade na região, em linha com o Acordo que foi assinado em 10 de março. Direitos

que são negados e reprimidos na Turquia.

**A Síria, que há décadas desempenha um papel fundamental no Oriente Médio**, é fragmentada por uma guerra em que a intervenção de outros países parece apoiar militar e financeiramente vários setores étnicos, e com a Turquia patrocinando abertamente o novo governo. Quer que os EUA e Israel dêem um passo atrás e se retirem, para fortalecer e estabilizar o governo, para ganhar autoridade perante a maioria, para garantir melhor os interesses do imperialismo na região, esmagando os setores que não se disciplinam.

Alguns países reconhecem a administração de Al-Sharaa e ofereceram apoio diplomático e suspenderam as sanções, outros permanecem céticos quanto à sua capacidade de governar sem recorrer à repressão. O acesso à assistência internacional é essencial para o governo. A crise é agravada pela situação humanitária, pela economia devastada pela guerra prolongada com milhões de deslocados dentro e fora do país.

A Rússia, um aliado chave de Assad durante a guerra civil, ainda mantém influência na Síria. O Irã e as monarquias do Golfo estão acompanhando a evolução da situação, prontos para intervir. O país continua a ser um campo de disputa geopolítica internacional.

As profundas divisões entre os partidários de Assad e aqueles que apoiam o novo regime mantêm um clima de desconfiança mútua que frustra qualquer pretensão de união e reconciliação nacional. Eles usam diferenças étnicas e religiosas para impor seus interesses que expressam a diferentes setores capitalistas.

A unidade nacional será possível defendendo todos os recursos econômicos do país para seu próprio desenvolvimento, expulsando o imperialismo, expulsando suas bases militares, rompendo todos os acordos com as potências imperialistas, conquistando uma verdadeira autodeterminação que permita a coexistência de todas as etnias e religiões, armando toda a população. Isso será possível unificando todos os oprimidos em uma frente única anti-imperialista sob a liderança do proletariado, que pode liderar uma revolução social que se baseia na rebelião de todos os oprimidos no Oriente Médio e que tem como estratégia um Estado Federativo Socialista na Síria como parte da República Socialista do Oriente Médio.

A decadência e a decomposição imperialistas são a origem de guerras sem fim. A ofensiva de Trump e do Estado sionista de Israel está alimentando conflitos armados. A paz não pode ser alcançada enquanto a maioria oprimida, sob a direção do proletariado, não se erguer como força revolucionária para tomar o destino da Síria em suas mãos e derrotar todos os seus cúmplices dos Estados Unidos e Israel na região. O programa da revolução social emerge objetivamente das tendências desintegradoras do capitalismo esgotado que não pode ser reformado. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) convoca a vanguarda com consciência de classe a incorporar esse programa.

## Estado sionista de Israel volta ao terror de Estado e à carnificina

Reerguer o movimento mundial pelo fim do genocídio e pelo direito do povo palestino à autodeterminação

Derrotar o plano dos Estados Unidos de liquidar a resistência do Hamas, de expulsar os palestinos e de anexar a Faixa de Gaza

Na primeira fase do cessar-fogo, Netanyahu esteve perto de não cumprir o acordo. Mas, precisava mostrar aos familiares e à população israelense que estava se esforçando em libertar os reféns vivos e reaver os restos mortais dos que não sobreviveram ao cativeiro. Deixou claro, porém, que as Forças Armadas de Segurança de Israel não recuariam em toda a parte do território ocupado. E não desistiria do objetivo de destruir o Hamas.

Apesar dessa transparência, chegou-se a considerar o acordo ditado pelos Estados Unidos como uma vitória ou semivictória do Hamas. O acordo em si não garantia o seu cumprimento da parte do Estado sionista. Netanyahu concordou em aceitar seus termos sabendo que poderia rasgá-los a qualquer momento, enquanto o Hamas e as demais organizações da resistência teriam de cumpri-los à risca.

Trump manobrou com o acordo das três fases nas condições em que o governo de Bashar al-Assad caía na Síria e diminuía a capacidade do Hezbollah no Líbano. Por outro lado, o Irã caminhava para o isolamento e o Iêmen não poderia ir além dos ataques pontuais no Mar Vermelho. Nem bem se pôs em andamento o “acordo”, Trump anunciou a intenção do imperialismo remover parte significativa da população da Faixa de Gaza, esmagada pelos

bombardeios e exaurida nos acampamentos de concentração, para outro países e, assim, concluir a anexação, que sempre esteve na base da guerra sionista contra o povo palestino.

A reação dos países árabes foi a de assumir um plano de reconstrução da Faixa de Gaza. Apresentaram um cálculo de US\$ 53 bilhões. Foram claros, porém, que tomariam parte de uma intervenção sem se colocarem pela expulsão das forças militares israelenses e pelo fim de qualquer interferência do imperialismo norte-americano.

Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes e Egito servem aos interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio. Suas feudais-burguesias capitularam diante do objetivo expansionista e anexionista do Estado sionista de Israel, puxados pelos Estados Unidos. E alimentaram as divisões e conflitos na região, valendo-se dos resultados das guerras de intervenção norte-americana no Iraque e na Síria, e, assim, alimentando a polarização com o Irã.

Os árabes sediaram o “acordo” forjado no final do governo Biden e no início do governo Trump. Serviram de serviçais a uma manobra montada pelos Estados Unidos, que foram historicamente os principais responsáveis pela criação forçada do Estado sionista, pela sucessão de guerras e



pelo fortalecimento da estratégia expansionista da burguesia judia-israelense.

O maior dos crimes está em que a Autoridade Palestina da Cisjordânia (AP) tem sido conivente e servido de sabuja dos Estados Unidos. Todos sabiam que o “acordo” do cessar-fogo em três fases apenas serviria de promoção ao governo fascizante de Trump.

O maior dos problemas se encontra no desmonte do movimento mundial das massas de condenação ao genocídio e pela expulsão das forças sionistas da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. É preciso reerguê-lo como frente única anti-imperialista em defesa da nação oprimida e contra as ofensivas econômicas e militares das potências que resultam em anexações. É necessário levar a sério a disposição de Trump de ocupar a Groelândia e o canal do Panamá, bem como transformar o Canadá em mais um dos estados que compõem os Estados Unidos. Levar a sério a paz anexadora e saqueadora na guerra da Ucrânia.

A retomada dos bombardeios na Faixa de Gaza, em poucos dias, deixara mais de 500 mortos. A carnificina se retrata na aproximação de 50 mil mortos. Não importa se são civis, crianças, mães e velhos. O objetivo dos sionistas e da burguesia imperialista é o de acabar com qualquer controle territorial pelos palestinos. Não pode restar nem mesmo ilusões na possibilidade de um Estado palestino.

A barbárie que se ergue na Faixa de Gaza é uma expressão em miniatura do que está por vir com a ofensiva dos Estados Unidos para manter sua hegemonia e com o rearmamento da Europa a pretexto da defesa contra o expansionismo russo.

Trump prepara o terreno para a confrontação com a China. Essa marcha está à vista. A retomada dos bombardeios ao Iêmen, de fato, aponta as armas ao Irã. Nenhum acordo de pacificação pode vir do imperialismo em geral, e, em particular, dos Estados Unidos.

A luta contra as guerras de anexações e pela autodeterminação das nações oprimidas está no centro da decomposição mundial do capitalismo, que potencia e impulsiona a escada bélica, a maior após o fim da Segunda Guerra Mundial. É sintomático que os próprios porta-vozes do grande capital mencionam os perigos de uma terceira guerra. Assistimos ao ímpeto do armamento nuclear, claramente expresso pela França e Inglaterra. O bilionário orçamento militar aprovado pela União Europeia dá a perfeita dimensão dos perigos que corre a humanidade.

É nesse terreno que Israel retoma os ataques destrutivos e mortíferos contra os palestinos

que resistem heroicamente aos invasores.

Trump procura sufocar as universidades norte-americanas em que se realizaram manifestações contra o genocídio. Acaba de desfechar ataques a lideranças e críticos do governo Netanyahu. Vale-se da farsa sionista de autodefesa diante do antissemitismo. Prendeu e está prestes a expulsar dos Estados Unidos o ex-aluno palestino da Universidade Columbia, Mahmoud Kalil e o estudante indiano Badar Kahn, da Universidade Georgetown. Trump teme a retomada da luta estudantil pró-palestinos e pelo fim da intervenção militar.

Judeus antissionistas se manifestaram na entrada do edifício Trump Tower pela libertação de Mahmoud Khalil. É importante que judeus e palestinos se unam pelo fim imediato da guerra de dominação e pelo direito à autodeterminação da nação oprimida. Esse é o caminho, inclusive, para combater a direita antissemita, que evidentemente continua existindo.

Trabalhadores e juventude oprimida, a retomada dos bombardeios e a invasão das áreas desocupadas na primeira fase do acordo devem ser condenadas e combatidas reorganizando a luta nas ruas. Estamos diante da necessidade premente de reerguer e erguer novos comitês de frente única anti-imperialista pelo fim do genocídio, contra as anexações e pelo direito à autodeterminação da nação oprimida.

Lutadores da causa palestina, vamos exigir que os sindicatos sejam postos a serviço dos oprimidos contra os seus opressores. Para isso, os comitês têm de ir para as portas das fábricas, mobilizar a juventude e realizar uma campanha unificada de todas as organizações que servem à luta dos explorados. Todas as correntes que se reivindicam do socialismo e direções sindicais devem se colocar pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações para unir em um só movimento as reivindicações dos explorados brasileiros com as bandeiras do internacionalismo proletário pelo fim das guerras e pela paz sem anexações.





## Resposta proletária à “paz” do imperialismo norte-americano Por uma paz sem anexação!

1. Estão em andamento as negociações sobre um acordo de paz apresentado pelo governo Trump. Putin concordou com um cessar-fogo limitado em torno a “*alvos energéticos por trinta dias*”. Espera-se que durante a pausa se avancem as negociações de um cessar-fogo completo. Zelensky pretendia o fim dos ataques imediatamente, como ficou estabelecido na reunião de 11 de março, realizada em Jeddah, Arábia Saudita, entre autoridades norte-americanas e ucranianas. Era do interesse de Zelensky que fosse assim, porque as tropas ucranianas na região russa de Kursk, prestes a sofrerem a derrota, poderiam entrar na discussão do acordo que prevê perda territorial da Ucrânia para a Rússia. Trump havia restabelecido a ajuda militar e o sistema de comunicação que tinham sido interrompidos para pressionar Zelensky a se submeter aos ditames dos Estados Unidos. Putin rejeitou o cessar-fogo integral sob a alegação de que a Ucrânia ganharia tempo para se rearmar e porque não havia nenhuma proposição de paz a ser negociada. Era preciso, além de tudo, concluir a derrota da Ucrânia em Kursk. Esse início de negociação indica, por si só, as dificuldades em colocar fim à guerra que completou três anos. A classe operária e os demais explorados da Ucrânia e da Rússia estão à margem e totalmente afastados desses acontecimentos. Qualquer que seja a decisão, expressará interesses de classe distintos e opostos ao da maioria oprimida. Somente a classe operária, organizada e em luta, pode acabar com a guerra, estabelecendo uma paz sem anexação.
2. Trump substituiu Biden no poder no momento em que a Ucrânia se achava arruinada, suas Forças Armadas esgotadas e a população cansada dos anos de guerra. De forma que, ou as potências europeias e a OTAN entrariam em confronto direto com a Rússia, ou a Ucrânia se renderia. No primeiro caso, a guerra se estenderia à Europa e se teria o prelúdio de uma terceira guerra mundial. No segundo, se configuraria uma derrota dos Estados Unidos e aliados. A solução de Trump se baseou nessas condições objetivas do impasse da guerra. A paz de Trump vem no sentido de manter os Estados Unidos acima da Ucrânia e

***O Comitê de Enlace  
pela Reconstrução da IV  
Internacional (CERQUI)  
desenvolveu uma linha contra  
a guerra de dominação e  
pela guerra de libertação,  
cujas bandeiras foram sendo  
confirmadas passo a passo  
nos três anos de guerra e  
que, nesse exato momento,  
emerge como a única diretriz  
revolucionária contraposta à  
paz ditada por Trump.***

da Rússia. Se concretizada, evitará impulsionar a confrontação da OTAN com a Rússia, e a derrocada final da Ucrânia. A depender dos termos do acordo, os Estados Unidos poderão ter ganhos, ainda que limitados, distintamente se houvesse uma derrota da Rússia. O objetivo de Trump é o de impor uma paz com o máximo proveito aos Estados Unidos, e o menor possível à Rússia. Nesse cálculo de força, o imperialismo norte-americano avalia a necessidade de Putin colocar fim à guerra, alcançando um dos objetivos centrais, que é o compromisso da Ucrânia não ser incorporada à OTAN e se enquadrar no estatuto da neutralidade. A parte do território ucraniano conquistada militarmente passará a ser anexada à Rússia. A primeira condição foi a desencadeadora da guerra; a segunda, a sua consequência. Certamente, a anexação do leste da Ucrânia já havia sido delimitada pelo fracasso dos acordos de Minsk, de setembro de 2014. Situação em que resultou patente o imperativo dos Estados Unidos e Inglaterra no sentido de colocar a Ucrânia em posição de guerra com a Rússia. Os acontecimentos posteriores demonstram que Biden constituiu uma aliança com as potências europeias para apoiar financeira e militarmente o regime de Zelensky.

3. A Ucrânia se tornou bucha de canhão para os interesses das potências mergulhadas no processo de decomposição do capitalismo, servindo aos objetivos de subordinar as ex-repúblicas soviéticas, limitar a capacidade da Rússia e, em último caso, submetê-la. Eis por que a particularidade da guerra na Ucrânia tem por base a restauração capitalista e a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Se Trump visse condições para dar sequência à linha de Biden, sem dúvida, o faria. Ocorre que todas as medidas para quebrar a Rússia e dar vitória à Ucrânia se mostraram insuficientes. Não estava nos cálculos da aliança imperialista dar início a uma guerra europeia e mundial. Putin contou com essa impossibilidade e pacientemente estabeleceu alianças com a China, fundamentalmente, para evitar o isolamento e a debacle econômica. Trump não

difere no essencial de Biden, tão somente se viu na contingência de colocar fim a uma guerra em que já estava perdida. Se a Ucrânia serviu de bucha de canhão para Biden, agora serve de moeda de troca para Trump negociar com Putin.

4. Como Biden esteve à frente das potências europeias na promoção da guerra, cabia a Trump concluí-la sem a participação dos ex-aliados. A fração da burguesia europeia não poderia admitir uma proposta de acordo que implicasse perda territorial da Ucrânia para a Rússia. Estava pela continuidade da conflagração e, portanto, do fornecimento de armas, da disposição do sistema de informação e do financiamento a Zelensky. Uma vez aliados de Biden, não poderiam concordar com a mudança abrupta de Trump. Se os europeus fizessem parte das negociações, iriam obstaculizar a nova diretriz emanada da Casa Branca. Essa é a principal razão de Trump tomar inteiramente para si a responsabilidade pela decisão de pôr fim à guerra. Evidentemente, Zelensky não teria outra coisa a fazer senão acatar as ordens de Trump. É claro que preferia contar com o apoio dos europeus. Não podendo recorrer aos aliados para dar continuidade à guerra, o governo ucraniano se curvou diante de Washington. O episódio em que o presidente norte-americano e seu vice humilharam Zelensky em público serviu de exemplo para mostrar à oposição europeia que também deveria se conformar. O presidente da França e o Primeiro Ministro da Inglaterra foram aos Estados Unidos para mostrar que embora divergentes não pretendiam qualquer tipo de ruptura com a maior potência mundial. A visita serviu também para indicar a Zelensky que os europeus não poderiam agir em paralelo aos Estados Unidos, opondo-se aos termos do acordo unilateralmente divulgado por Trump. É claro que foram expressos os descontentamentos da União Europeia e mesmo da Inglaterra em reuniões como a ocorrida em Bruxelas, na Cúpula de Segurança e Defesa, em 6 de março. Em seguida, o Secretário-Geral da OTAN, Mark Rutte, esteve com Trump para mostrar a necessidade, segundo avaliação do imperialismo, de fortalecer a organização para enfrentar o suposto expansionismo russo e a projeção da China. Nada pôde fazer para convencer Trump de levar em consideração o que se propagandeia como “segurança da Europa”, após um acordo com a Rússia. No fundo, a burguesia europeia avalia que chegou a hora de impulsionar o seu armamento.
5. Se a Ucrânia deixa de ser uma carta no baralho, após o acordo, a OTAN perde sua referência imediata quanto ao recrudescimento do cerco à Rússia, embora tenha incorporado a Finlândia e a Suécia. É nesse marco que as vozes do imperialismo aventaram a possibilidade de a OTAN perder a sua ascendência e a União Europeia ter de se rearmar observando um horizonte de conflitos mais profundos e

abrangentes. A França se ofereceu como a guardiã que está de posse do armamento nuclear. Ao lado da Inglaterra, poderia fazer frente à capacidade nuclear da Rússia. Na realidade, essa ameaça não se configura, quando se está procurando encerrar a guerra na Ucrânia. Ocorre que a Europa estagnada e em regressão não tem outra via para reanimar o grande capital a não ser movimentando a indústria bélica. A decisão do Parlamento alemão de alterar a Constituição, para permitir a elevação do endividamento do Estado e modificar sua política de guerra, demonstra o verdadeiro sentido do rearmamento da Europa. Esse curso dos acontecimentos indica que um acordo de paz entre Estados Unidos e Rússia não interromperá a escalada bélica.

6. No plano de paz de Trump, consta também a exigência de a Ucrânia entregar suas reservas minerais e de terras raras. Esse ponto pôs à luz do dia e ressaltou a importância econômica da Ucrânia, tanto para os Estados Unidos e Europa quanto para a Rússia. Os fundamentos estratégicos da denominada “segurança” estão determinados pelas relações econômicas, hoje mais interlaçadas do que no passado recente. Putin assinalou que os Estados Unidos teriam muito a ganhar com o fim da guerra e a normalização da integração econômica. A região outrora pertencente à URSS e a própria Rússia conserva riquezas naturais que se tornam cada vez mais valiosas diante de seu esgotamento em outras partes do mundo e diante da emergência de novas necessidades trazidas pela alta tecnologia, como é o caso das terras raras, lítio, urânio etc. Zelensky teve de concordar com a exigência econômica de Trump. A Ucrânia que foi usada pelo imperialismo contra a Rússia terá de pagar os custos da guerra aos Estados Unidos. A Rússia será recompensada com a anexação de 20% do território ucraniano. A paz do imperialismo também possibilitará que os capitais se utilizem da devastação para reerguer a Ucrânia. A União Europeia e Inglaterra pretendiam participar das negociações, de forma a fazer parte do jogo de moeda de troca concebido pelos Estados Unidos. A França e a Inglaterra dispuseram-se, inclusive, a enviar tropas para Ucrânia em nome da “segurança” e do cumprimento do acordo. A Rússia rechaçou terminantemente, por se tratar de uma manobra intervencionista da OTAN. Caso se chegue ao fim da guerra, as sanções econômicas à Rússia deverão ser suspensas e, em certo grau, normalizadas as relações com os Estados Unidos. Os países europeus se sentem em desvantagem nesse quadro de normalização, se de fato vier a se estabelecer. Antes de Biden promover a aventura da guerra na Ucrânia, a Europa se beneficiava do petróleo e das relações comerciais com a Rússia, que aspirava tão somente manter seu controle sobre as ex-repúblicas soviéticas e exercer assim seu poder regional. Esteve claro que se tratava de interesses capitalistas. É nesse terreno que eclodiu a guerra,



- e é nesse terreno que Trump pretender impor sua paz.
7. O fato de a classe operária, demais trabalhadores e juventude oprimida não terem se levantado desde o início contra a guerra - com seu programa e suas bandeiras de combate à dominação imperialista e à opressão nacional - permitiu que a aliança de Biden prolongasse a confrontação da Rússia com a Ucrânia por três anos e se chegasse agora à imposição de Trump de uma paz que submete a Ucrânia ao saque e à perda territorial. A unidade operária na Europa contra o cerco da OTAN à Rússia seria a força social capaz de evitar a guerra. Um combate dos explorados ucranianos e russos pela autodeterminação da Ucrânia diante das forças anexadoras do imperialismo criaria as condições para impedir a imposição pela Rússia de seus interesses capitalistas. Ocorre que a restauração e a liquidação da URSS impulsionaram forças econômicas em disputa territorial, que favoreceram o intervencionismo norte-americano e europeu, sobretudo, em detrimento da Rússia. Vários conflitos entre nacionalidades têm ocorrido, principalmente desde o desmoronamento da URSS, em dezembro de 1991. Em todos os casos, os Estados Unidos e aliados europeus estiveram e estão presentes. A guerra na Ucrânia tem sido o ponto alto desse processo, depois da guerra da Chechênia de 1994 a 1996 e da Geórgia de 2008.
  8. É nesse marco de desintegração e destruição das conquistas mais avançadas da Revolução Russa que emerge de corpo inteiro a crise de direção. A classe operária, camponesa e a classe média oprimida se encontram amplamente desorganizadas e submetidas às frações oligárquicas que se gestaram no processo de restauração capitalista. Renasceram as tendências nacionalistas que não podem levar à autodeterminação das nações oprimidas e que concluem submetidas ao imperialismo norte-americano e europeu. O governo pró-imperialista de Zelensky é um dos produtos mais visíveis desse retrocesso das conquistas revolucionárias do proletariado que se materializaram na constituição da URSS. Originou-se da divisão ocorrida na oligarquia ucraniana, cuja fração dominante se apoiou no imperialismo e no objetivo de subordinar o país à União Europeia e à OTAN. A derrota da fração pró-Rússia abriu caminho para se ampliar os confrontos, que culminaram na guerra civil em 2014, na região de Donbass, e, finalmente, na intervenção militar da Rússia em fevereiro de 2022. A guerra civil foi um sinal de que a Ucrânia estava em rota de colisão com a Rússia, impulsionada pelos interesses dos Estados Unidos e da Europa. A desorganização da classe operária ucraniana e russa, como os acontecimentos demonstram, pesou decisivamente a favor da ofensiva do imperialismo e da defensiva da Rússia, que recorreu à guerra entre Estados.
  9. O que caracteriza a guerra da Ucrânia é a guerra de dominação, embora a Rússia reagisse em posição defensiva contra o cerco ameaçador da OTAN. A classe operária ucraniana e a russa, sem o seu partido marxista-leninista-trotskista, não tiveram como reagir com independência e com a estratégia própria de poder. O que não lhes permitiram superar a divisão, e, assim, acabaram servindo a interesses alheios aos dos explorados e da nação oprimida. A crise de direção, no entanto, corresponde ao fato de o proletariado não poder encarnar praticamente o programa da revolução social, e, portanto, lutar por transformar a guerra de dominação em guerra revolucionária de libertação. Do ponto de vista objetivo, a guerra na Ucrânia suscitou o programa da revolução social. Do ponto de vista subjetivo, não pôde servir de orientação à resistência proletária contra a guerra, uma vez que lhe faltou a direção revolucionária, ou seja, o partido marxista-leninista-trotskista.
  10. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) desenvolveu uma linha contra a guerra de dominação e pela guerra de libertação, cujas bandeiras foram sendo confirmadas passo a passo nos três anos de guerra e que, nesse exato momento, emerge como a única diretriz revolucionária contraposta à paz ditada por Trump. Quando a guerra completou oito meses, o CERQUI ergueu a bandeira da paz sem anexação. Eis: *“Uma paz sem os Estados Unidos, sem a União Europeia e sem a OTAN, uma paz sem anexação depende da luta do proletariado organizado e unido. É parte desse objetivo a luta pela independência e integridade territorial da Ucrânia, por sua autodeterminação. Objetivos que somente podem ser alcançados sob o programa da revolução e do internacionalismo proletários, cuja estratégia se concretiza na luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. As bandeiras interligadas de fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação de todas as sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia se mostram cada vez mais imperativas, diante dos oito meses de guerra e da ameaça de se generalizar com a intervenção direta das forças militares do imperialismo”*. Essa linha se mostra decisiva no momento em que a Ucrânia se tornou moeda de troca entre Trump e Putin. Não se potencializou internacionalmente devido ao caráter embrionário do CERQUI, à grave crise de direção e à adaptação das esquerdas que se reivindicam do socialismo às manobras das frações burguesas nas condições de desintegração do capitalismo e da ordem mundial estabelecida após a Segunda Guerra. A V Conferência do CERQUI, realizada em fevereiro de 2025, confirmou as suas diretrizes desenvolvidas desde antes do início da guerra e a estratégia revolucionária que se expressa na bandeira de paz sem anexação.

## Comunicado do Comitê Central do POR boliviano

# **NOSSO CAMARADA FALECEU** **Prof. MIGUEL LORA ORTUÑO** **(1948-2025)**

Um furtivo e fulminante câncer levou nosso camarada Miguel, membro do Comitê Central do Partido.

Um quadro revolucionário da linhagem de seus irmãos e camaradas César e Guillermo. Um militante de ferro, de convicção revolucionária inabalável, como só o POR pode produzir.

Um homem cuja vida era sinônimo de dignidade, coerência e compromisso inabalável com a causa revolucionária. Como dirigente sindical dos professores, lutou incansavelmente na defesa dos interesses de seu sindicato e dos explorados contra os governos da ditadura burguesa, dando exemplo de honestidade, dignidade e coragem na luta sindical.

Criador da Frente URMA, expressão do POR dentro do sindicato nacional dos professores, incutiu em seus militantes, com seu exemplo, os princípios da mais rígida honestidade na gestão sindical e total consequência e coragem na luta.

Miguel, junto com José Luís Álvarez e Telmo Roman, em outubro-novembro de 1989, no governo de Paz Zamora, protagonizou a greve de fome inflexível (apenas água) que durou 24 dias, colocando os grevistas à beira da morte. Uma verdadeira greve de fome

que encurralou o governo, conseguindo promover a poderosa mobilização dos professores que saíram às ruas exigindo o bônus de compensação; uma mobilização que rapidamente se generalizou e à qual o governo respondeu declarando o estado de sítio com a prisão dos grevistas.

“Aquele que usa o jejum voluntário diz: Eu coloco minha vida em um prato da balança para que esta

ou aquela reivindicação possa ser concedida a mim. Isso significa que tem de realmente jejuar e, se necessário, morrer. Esta é a grande lição que demos à consciência boliviana e internacional” (De: “A greve de fome e a mobilização popular”, Miguel Lora O.)

Essa foi a índole do nosso camarada, um lutador revolucionário.

Nós que permanecemos assumimos o compromisso de continuar seu legado. Sua vida é a história de um camarada professor que jamais se entregou, um dirigente que nunca traiu seus princípios e um professor revolucionário que ensinou que educação e luta de classes são inseparáveis.

**Com o POR, ao socialismo**

26 de março de 2025